

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 166

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 033ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE NOVEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dezenove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência quer, antes de passar à Ordem do Dia, tecer e discutir alguns comentários a estas sessões, que nós iniciamos.

É importante que se diga que teremos as Sessões Extraordinárias no período da tarde e também no período noturno. Elas são extraordinárias. Portanto, não cabe nestas nossas sessões o Pequeno e o Grande Expediente.

Nessas Sessões Extraordinárias colocaremos assuntos importantes, temas importantes que pretendemos que sejam votados ainda este ano. Se em algumas vezes as Sessões Extraordinárias nós as utilizamos apenas para cumprir o Regimento fazendo a Redação Final, ou a segunda discussão e assim por diante, essas Sessões Extraordinárias que realizaremos a partir de hoje, nós colocaremos na pauta, e Vossas Excelências terão conhecimento da pauta anteriormente, assuntos pertinentes, assuntos realmente importantes e que devam ser discutidos durante essas sessões.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, apenas para avaliação de Vossa Excelência queria chamar atenção para um dado, até porque Vossa Excelência está anunciando realmente que numa Sessão Extraordinária não há Pequeno Expediente, nem Grande Expediente. Me preocupa, e nesse momento faço uma sugestão a Vossa Excelência, de que nós exatamente não coloquemos assuntos polêmicos então nessas Sessões, porque imagine Vossa Excelência, como agora nós vamos votar a questão de royalties, ou poderíamos estar votando a lei autorizatória de antecipação de royalties numa Sessão Extraordinária, se nós não temos a condição de utilização dos horários nem de Pequeno e nem de Grande Expediente não teríamos como discutir a profundidade deste assunto.

Então, temos que encontrar uma forma de talvez trazer a Extraordinária à tarde, fazer a ordinária à noite, para poder abrir o espaço da discussão das matérias importantes.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente Deputado.

Quero deixar bem claro o seguinte, apenas não há Pequeno e o Grande Expediente. Nós podemos encaminhar, discutir a matéria e o tempo que Vossas Excelências necessitarem. Então, não há dificuldade nenhuma. E também poderemos usar até o caso para qualquer tipo de explicações pessoais. Só não vou chamar o Pequeno e o Grande Expediente, mas claro, estamos aqui com um único objetivo, de cumprir o nosso papel, e podem falar o quanto quiserem para encaminhar as matérias, independente do tempo que Vossas Excelências desejam. O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizada na apreciação da matéria objeto da convocação. Portanto, poderemos discutir o quanto nós quisermos a matéria pertinente à convocação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja destinado o Horário das Lideranças nas Sessões Extraordinárias noturnas, para as discussões da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO E PODER EXECUTIVO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Alterações decorrentes de reexame feito no Projeto de Lei nº 255/98:

1. Alteração de redação do § 1º do Art. 13, conforme segue:

“§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI do Artigo 39, desta lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes

os poços destinados a consumo familiar de proprietários e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural.”

Justificativa: Explicitar que os poços destinados ao uso humano no meio rural serão definidos como de consumo insignificante e, por conseguinte, não estarão sujeitos à outorga.

2. Alteração de redação do *caput* do Art. 20, conforme segue:

“Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos, excluídos os usos definidos como insignificantes e não sujeitos a outorga, devem ser observados os seguintes fatores:”

Justificativa: Explicitar que os usos não sujeitos à outorga, bem como aqueles definidos como “usos insignificantes” não estarão submetidos à cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos.

3. Alteração de redação do § 4º do Art. 20, conforme segue:

“§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus efluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior àquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e da água, bem como de proteção a mananciais superficiais ou subterrâneos.”

Justificativa: Estabelecer incentivos e bonificações a usuários com práticas exemplares de utilização dos recursos naturais, em especial do solo e das águas.

4. Alteração de redação de Art. 34 conforme segue:

“Art. 34 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representante da Assembléia Legislativa Estadual;

III - representantes dos Municípios;

IV - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

V - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - A representação de instituições do Poder Executivo Estadual, a que se refere o inciso I, será paritária em relação à totalidade dos representantes dos demais segmentos.

§ 2º - A indicação dos representantes, referidos nos incisos do “caput” será efetuada pelos respectivos segmentos, garantida a participação deliberativa a todos os membros do CERH/PR.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no “caput” deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto do Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.”

Justificativa: Introduzir representação do Poder Legislativo no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) e ampliar a participação dos Usuários, conferindo a estes participação deliberativa.

5. Alterar a redação do Artigo 53 (Capítulo XIII - Disposições Transitórias), conforme segue:

“Art. 53 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implementada de forma gradual sobre todos os setores usuários.

§ 1º - As captações destinadas à produção agropecuária cujo volume anual seja inferior a 5.000 m<sup>3</sup> estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.

§ 2º - A isenção estabelecida no parágrafo anterior não prejudicará a possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes, nos termos do § 1º do Artigo 13 e do inciso VI do Artigo 39 desta lei, como também de eventuais isenções a volumes superiores ao mencionado no § 1º deste artigo, concedidas em bacias hidrográficas com grande disponibilidade e ausência de conflitos pelo uso da água, desde que tais isenções sejam propostas pelas Unidades Executivas Descentralizadas e aprovadas, nos termos desta lei, pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º - Serão concedidas bonificações e incentivos às captações, usos consumptivos e derivações destinadas à piscicultura e aos cultivos irrigados que desenvolvam práticas exemplares no uso de recursos hídricos, considerada a expressão dos volumes anuais utilizados, na forma de regulamento específico, a ser estabelecido pelo Executivo Estadual, que observará conformidade com o disposto no § 4º do Artigo 20, desta lei, sem prejuízo da possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes.

§ 4º - Para efeito da gradualidade, referida no “caput” a implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos observará período de carência de quatro anos para o setor agropecuário, contado a partir do início da aplicação da cobrança e passível de renovação, mediante prévia aprovação do respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica e ratificação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.”

Justificativa: Destacar que a implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos deverá ser feita de modo gradual para todos os setores usuários e introduzir categorias de isenção e período de carência de quatro anos, passível de renovação, para sua aplicação sobre o setor agropecuário, conferindo a este setor a possibilidade de adequar seus processos para racionalização no uso da água.

## **Capítulo I**

### **Disposição Preliminar**

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como parte integrante dos Recursos Naturais do Estado, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação federal aplicável.

## **Capítulo II**

### **Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 2º - A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

## **Capítulo III**

### **Objetivos**

Art. 3º - São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

## **Capítulo IV**

### **Diretrizes Gerais de Ação**

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos;

I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II - a gestão sistemática dos recursos hídricos adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação da gestão de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regionais, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo e o controle de cheias;

IV - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 5º - O Estado do Paraná articular-se-á com a União e com outros Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Parágrafo Único - A articulação com a União, referida no caput, contemplará mecanismos de delegação, ao Governo do Estado, da gestão de sub-bacias de rios federais que drenem o território paranaense.

### **Capítulo V**

#### **Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 6º - São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - o Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - o Plano de Bacia Hidrográfica;

III - o enquadramento dos corpos de água em classe, segundo os usos preponderantes da água;

IV - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

V - a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

### **Capítulo VI**

#### **Caracterização dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos**

#### **Seção I**

##### **Do Plano Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 7º - O Estado elaborará, com base nos planejamentos efetuados nas bacias hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), que conterá o seguinte:

I - objetivos a serem alcançados;

II - diretrizes e critérios para o gerenciamento de recursos hídricos;

III - indicação de alternativas de aproveitamento e controle de recursos hídricos;

IV - programação de investimentos em ações relativas à utilização, à recuperação, à conservação e à proteção dos recursos hídricos;

V - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e de comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

§ 1º - O Plano de que trata este artigo servirá como insumo e será elaborado em consonância com as Dire-

trizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Ação Governamental.

§ 2º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) terá vigência e horizonte de planejamento compatíveis com o período de implementação dos Planos de Bacia Hidrográfica, tendo seu capítulo referente ao diagnóstico de situação dos recursos hídricos do Estado atualizado segundo periodicidade ou conveniência estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

§ 3º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) conterá a divisão territorial do Estado, caracterizando cada bacia ou conjunto de bacias hidrográficas utilizadas para o gerenciamento dos recursos hídricos.

§ 4º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

### **Seção II**

#### **Do Plano de Bacia Hidrográfica**

Art. 8º - O planejamento de recursos hídricos, elaborado por bacia ou conjunto de bacias hidrográficas do Estado, consubstanciar-se-á, formalmente, em plano que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o seu respectivo gerenciamento.

Art. 9º - O Plano de Bacia Hidrográfica é de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, projetos, ações e atividades e terá o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II - análise de cenários alternativos de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III - balanço entre disponibilidade e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificações de conflitos potenciais;

IV - metas de racionalização de uso, adequação da oferta, melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, proteção e valorização dos ecossistemas aquáticos;

V - medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento de metas previstas;

VI - divisão dos cursos de água em trechos de rio, com indicação da vazão outorgável em cada trecho;

VII - prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

VIII - diretrizes e critérios para cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos;

IX. propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos.

### Seção III

Do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes Segundo os Usos Preponderantes da Água

Art. 10 - O enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deverá:

I - ser compatível com os objetivos e metas de qualidade ambiental definidos pelo respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

II - ser factível frente à disponibilidade social de inversão, sinalizada pelo quadro de fontes de recursos previstos no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

III - objetivar padrões de qualidade das águas compatíveis com os usos a que forem destinadas, subsidiando o processo de concessão de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.

Art. 11 - As classes de corpo de água serão estabelecidas nos termos da legislação ambiental.

### Seção IV

Da Outorga e da Suspensão da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos

Art. 12 - O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos do Estado tem como objetivo assegurar o controle quantitativo dos usos da água e efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 13 - Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os seguintes direitos de uso de recursos hídricos, independentemente da natureza pública ou privada, dos usuários:

I - derivações ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento de potenciais hidrelétricos;

V - intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares que visem ao controle das cheias;

VI - outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água ou o leito e margens de corpos de água.

§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI do artigo 39, desta Lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes os poços destinados ao consumo familiar de proprietários

e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural.

§ 2º - A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, obedecendo a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 14 - Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado bem como a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo Único - A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 15 - A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa pela autoridade competente do Poder Executivo, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias.

I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - a ausência de uso por três anos consecutivos;

III - necessidade premente de água para atender as situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas.

Art. 16 - A outorga confere ao usuário o direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água.

§ 1º - A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas simples direito de uso.

§ 2º - Haverá disponibilidade hídrica quando a vazão no curso de água for superior à respectiva vazão outorgável, no trecho da captação ou do lançamento e em todos os trechos localizados à jusante.

§ 3º - A vazão outorgável de um trecho de rio estabelece o limite da soma das outorgas a serem concedidas, considerando os direitos de uso do próprio trecho e à montante deste.

§ 4º - A vazão outorgável de um trecho de rio estará associada à probabilidade de que a vazão efetiva do curso de água superior à vazão estabelecida como outorgável.

Art. 17 - Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

Parágrafo Único - Serão respeitados os prazos de vigência de outorgas e autorizações concedidas anterior-

mente à publicação desta Lei, sujeitando-se suas condições de validade à devida adequação aos termos dispostos pelo presente diploma legal e respectivo regulamento.

Art. 18 - A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Estadual.

### Seção V

Da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos.

Art. 19 - O direito de uso de recursos hídricos sujeito à outorga será objeto de cobrança que visa a:

- I. constituir-se em instrumento e gestão;
- II. conferir racionalidade econômica ao uso de recursos hídricos;
- III. disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com sua classe preponderante de uso;
- IV. incentivar a melhoria do gerenciamento nas bacias hidrográficas onde forem arrecadados;
- V. obter recursos financeiros para implementação de programas e intervenções contemplados em Plano de Bacia Hidrográfica;

Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos, excluídos os usos definidos como insignificantes e não sujeitos à outorga, devem ser observados os seguintes fatores:

- I - a classe de uso preponderante em que esteja enquadrado o corpo de água objeto do uso;
- II - as características e o porte da utilização;
- III - as prioridades regionais;
- IV - as funções social, econômica e ecológica da água;
- V - a época da retirada;
- VI - o uso consumptivo;
- VII - a vazão e o padrão qualitativo de devolução da água, observados os limites de emissão estabelecidos pela legislação em vigor;
- VIII - a disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica local;
- IX - as proporcionalidades da vazão outorgada e do uso consumptivo em relação à vazão outorgável;
- X - o grau de impermeabilização do solo em áreas urbanas, sempre que esta alterar significativamente o regime hidrológico e o controle de cheias;
- XI - custos diferenciados para diferentes usos e usuários da água;
- XII - o princípio de progressividade face ao consumo;
- XIII - outros fatores, estabelecidos a critério do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 1º - Os fatores referidos neste artigo serão utilizados, para efeito de cálculo, de forma isolada, simultânea, combinada ou cumulativa.

§ 2º - No caso de utilização de corpos de água para diluição, transporte e assimilação de afluentes, os responsáveis pelos lançamentos ficam obrigados ao cumprimento as normas e dos padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 3º - a diferenciação de custo, referida no inciso XI, deste artigo, poderá resultar na fixação de preços unitários distintos em função da consideração de diferentes usos e usuários da água, obtidos mediante procedimentos próprios aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) de que trata esta lei, em estrita observância, como couber, aos demais fatores constantes deste artigo.

§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus afluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior àquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e de água, bem como de proteção a mananciais superficiais ou subterrâneos.

§ 5º - A utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica reger-se-á pela legislação federal pertinente.

Art. 21 - O valor inerente à cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos classificar-se-á como receita patrimonial, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

§ 1º - A forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerente à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a partir de proposta do órgão central do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 2º - Os créditos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei, decorrentes da cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos, não pagos pelos respectivos responsáveis, serão inscritos, cobrados e executados, com a observância da legislação aplicável e em vigor, inerente à dívida ativa.

Art. 22 - Fica criado o fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de natureza e individualização contábeis, destinado à implantação e ao suporte financeiro de custeio e de investimentos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei.

§ 1 - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) será constituído por recursos das seguintes fontes:

I - receitas originárias da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

II - produto de arrecadação da dívida ativa decorrente de débitos com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

III - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - dotações consignadas no orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios e em seus respectivos créditos adicionais;

V - produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VII - receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelo órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), visando a atender aos objetivos do Fundo.

VIII - contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

§ 2º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos.

§ 3º - O gerenciamento operacional da aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), reger-se-á por Contrato de gestão celebrado entre o Estado do Paraná e Unidade Executiva Descentralizada, dentre as referidas no inciso IV e parágrafos 1º e 2º do Artigo 33 desta Lei, submetido à prévia manifestação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, respeitando-se o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) à exceção de proposição expressamente aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, sendo os valores arrecadados utilizados para:

a) o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas no Plano de Bacia Hidrográfica;

b) o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).

§ 5º - a aplicação nas despesas previstas na alínea B, do parágrafo anterior deste artigo é limitada a 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado.

§ 6º - Os valores creditados em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime e vazão de um corpo de água, de modo considerado benéfico à coletividade.

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço e amortização de dívidas resultantes de operações de crédito e de financiamento contraídas pelo Estado e a ele destinadas, na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso, por decreto do Poder Executivo.

§ 8º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender a operacionalização do fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

## Seção VI

### Do sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 23 - A coleta, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão no Estado serão organizados sob a forma de sistema e compatibilizados com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 24 - São princípios básicos para o funcionamento do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - coordenação unificada do sistema;

III - acesso aos dados e informações garantido a toda sociedade.

Art. 25 - São objetivos do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado do Paraná, sem prejuízo



de informações sócio-econômicas relevantes para o seu gerenciamento;

II - atualizar, permanentemente, as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos e sobre ecossistemas aquáticos em todo o território do Estado;

III - fornecer subsídios para a elaboração de Plano de Bacia Hidrográfica;

IV - apoiar as ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná.

## **Capítulo VII**

### **Dos Depósitos de Águas Subterrâneas**

Art. 26 - Aplicam-se aos depósitos de águas subterrâneas os fundamentos, objetivos, diretrizes gerais de ação e os instrumentos da Polícia Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida por esta lei.

§ 1º - São consideradas subterrâneas as águas que corram naturalmente no subsolo, de forma suscetível de extração e utilização pelo homem.

§ 2º - Nos regulamentos e normas decorrentes desta lei serão consideradas a interconexão entre águas subterrâneas e superficiais, bem como as interações observadas no ciclo ecológico.

Art. 27 - As águas subterrâneas, em razão de sua importância estratégica, deverão estar sujeitas a programa permanente de preservação visando a possibilitar seu melhor aproveitamento.

§ 1º - A preservação e conservação dessas águas implicam em uso racional, implementação de medidas que evitem sua contaminação e promovam seu equilíbrio, em relação aos demais recursos naturais, em termos físicos, químicos e biológicos.

§ 2º - Caberá ao órgão competente do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no Capítulo X desta lei, desenvolver proposta de política de utilização dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado do Paraná, a ser submetida à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como proceder à avaliação dos recursos hídricos do subsolo e fiscalizar sua exploração, adotando medidas preventivas quanto à sua contaminação.

Art. 28 - A implementação de distritos industriais e de grandes projetos de irrigação, colonização ou de outros, que dependam da utilização de águas subterrâneas ou que sobre elas possam causar impacto relevante, deverá ser procedida de estudos hidrogeológicos para a avaliação do potencial de suas reservas hídricas e para o correto dimensionamento das vazões a serem extraídas, sujeito à prévia aprovação dos órgãos competentes, às demais disposições desta lei e às normas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 29 - O Poder Público instituirá, sempre que necessário, áreas de proteção aos locais de extração de águas subterrâneas, com a finalidade de possibilitar sua preservação, conservação ou aproveitamento racional, nos termos definidos nesta lei.

§ 1º - Caberá à entidade competente do Poder Público Estadual proceder aos levantamentos necessários para a constituição de cadastro de poços tubulares profundos para captação de águas subterrâneas, inserindo-o junto ao Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, de que trata a Seção VI do Capítulo VI desta lei.

§ 2º - A exploração de águas subterrâneas sem observância das disposições estabelecidas pelo programa permanente de preservação referido no Artigo 27, estará sujeita às infrações e penalidades definidas pelo Capítulo XII desta lei.

## **Capítulo VIII**

### **Rateio de Custos de Obras**

Art. 30 - As obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo de recursos hídricos terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo, após aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), atendidos os seguintes procedimentos.

I - a concessão ou a autorização de obras de regularização com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio dos custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;

II - a construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativas circunstanciadas da destinação de recursos a fundo perdido.

§ 1º - O Poder Executivo, mediante projeto de lei próprio, regulamentará a matéria contida neste artigo, no sentido de estabelecer diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios destinados à realização das obras nele enumeradas, conforme estudo aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 2º - Os subsídios a que se refere o parágrafo anterior somente serão concedidos no caso de interesse público relevante ou na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o consequente rateio dos custos.

## **Capítulo IX**

### **Ação do Poder Público**

Art. 31 - Na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos compete ao Poder Executivo:

I - tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III - implantar e gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

V - realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica.

Parágrafo Único - Os Poderes Executivo do Estado e dos Municípios do Paraná promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos.

## **Capítulo X**

### **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR)**

#### **Seção I**

##### **Dos Objetivos**

Art. 32 - Fica criado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGR/PR), com os seguintes objetivos:

I - coordenar a gestão integrada das águas;

II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;

III - implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR);

IV - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos do Estado;

V - promover a cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos.

#### **Seção II**

##### **Da Composição do Sistema**

Art. 33 - Compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - órgão deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

II - órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de Bacia Hidrográfica do Estado: os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - unidades executivas descentralizadas: as Agências de Água e os consórcios e associações a elas equiparadas, nos termos desta lei.

§ 1º - As Agências de Água, ademais de observar a limitação de custos disposta no § 5º do Art. 22, deverão

ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer das formas permitidas pelo direito administrativo, civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo, que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos no registro público, na forma da legislação aplicável.

§ 2º - Enquadram-se na condição de equiparados às Agências de Água, para os efeitos desta lei, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas, bem como as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídas, aos quais poderão ser delegados, por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei, o exercício das funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas.

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará, mediante Decreto, na forma da legislação aplicável e desta lei, o enquadramento de órgão subordinado e de entidade vinculada à Secretaria de Estado referida no inciso II deste artigo, bem como de órgão ou entidade público ou privado, que a título de articulação, delegação ou cooperação, exerçam ações e atividades relacionadas com a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) ou participem de seu gerenciamento.

Art. 34 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representante da Assembleia Legislativa Estadual;

III - representantes dos Municípios;

IV - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

V - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - A representação de instituições do Poder Executivo Estadual, a que se refere o inciso I, será paritária em relação à totalidade dos representantes dos demais segmentos.

§ 2º - A indicação dos representantes, referidos nos incisos do *caput*, será efetuada pelos respectivos segmentos, garantida a participação deliberativa a todos os membros do CERH/PR.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no *caput* deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto do Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 35 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade da bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo Único - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, em rios de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei, será efetivada por ato próprio do Governador.

Art. 36 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão compostos por:

I - representantes das instâncias regionais das instituições públicas estaduais, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes dos Municípios;

III - representantes de entidades da sociedade civil com atuação regional relacionada com recursos hídricos;

IV - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - Os critérios para a indicação dos representantes de cada segmento mencionado neste artigo, bem com a sua participação relativa na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, serão definidos no ato de sua instalação, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), passando a constar dos seus respectivos Regimentos Internos.

§ 2º - A indicação nominal dos representantes mencionados neste artigo será efetuada pelo respectivo segmento e formalmente acolhida por ato próprio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Art. 37 - As Agências de Água, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos atuarão como unidades executivas descentralizadas, prestando apoio aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica e respondendo pelo planejamento e pela formulação do Plano de Bacia Hidrográfica, bem como pelo suporte administrativo, técnico e financeiro, inclusive pela cobrança dos direitos de uso dos recursos hídricos na sua área de atuação.

Parágrafo Único - A proposta de criação de consórcio ou associação intermunicipal de bacia hidrográfica ou de associação regional, local ou setorial de usuários de recursos hídricos, com a finalidade de equiparar-se às Agências de Água e exercer as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, de que trata o inciso IV do artigo 33 desta lei, dar-se-á mediante iniciativa de usuários de recursos hídricos, submetida à aprovação formal do Conselho Estadual de

Recursos Hídricos (CERH/PR) e anterior constituição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, por ato próprio do Governador.

### Seção III

#### Das Competências e Atribuições de Órgãos e Unidades Integrantes do Sistema

Art. 38 - Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), na condição de órgão deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - estabelecer princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos a serem observados pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e Planos de Bacia Hidrográfica;

II - aprovar proposição do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), na forma estabelecida nesta lei;

III - arbitrar e decidir os conflitos entre Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - atuar como instância de recurso nas decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito de um Comitê de Bacia Hidrográfica;

VI - estabelecer critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

VII - aprovar proposição da probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do artigo 16, desta lei;

VIII - estabelecer critérios e normas gerais sobre a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

IX - estabelecer critérios para o rateio de custos de usos múltiplos dos recursos hídricos;

X - instituir Comitês de Bacia Hidrográfica;

XI - reconhecer consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos como unidades executivas descentralizadas integrantes do sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

XII - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento compatíveis com a gestão de recursos hídricos do Estado ou de sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do Parágrafo Único do artigo 5º desta lei.

Art. 39 - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na condição de órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - encaminhar à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) a proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e suas mod-

ificações, tendo os Planos de Bacia Hidrográfica como base;

II - fomentar a captação de recursos para financiar ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), supervisionando o coordenando a sua aplicação;

III - acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

IV - zelar pela manutenção de política de remuneração pelo uso da água, observando as disposições constitucionais e legais aplicáveis;

V - outorgar e suspender o direito do uso de água, mediante procedimentos próprios;

VI - estabelecer, com base em proposição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, referidos no § 1º do artigo 13, desta lei;

VII - gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários das águas, com a cooperação das unidades executivas descentralizadas de que trata o inciso IV do artigo 33, desta lei;

VIII - realizar diretamente ou autorizar, mediante delegação, a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos pelas Agências de Água, consórcios ou associações intermunicipais de bacia hidrográfica ou associações regionais locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

IX - aplicar penalidades por infrações previstas nesta lei, em seu regulamento e nas normas deles decorrentes, inclusive as originárias de representação formal subscritas por unidades executivas descentralizadas;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Art. 40 - Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, na condição de órgãos regionais de caráter deliberativo e normativo, na sua área territorial de atuação, compete:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Bacia Hidrográfica em sua área territorial de atuação;

IV - acompanhar a execução do Plano de Bacia Hidrográfica e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos;

VI - propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de

direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VII - propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), a probabilidade associada à razão outorgável, referida no § 4º do artigo 16 desta lei;

VIII - aprovar proposição de mecanismos de cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos e dos valores a serem cobrados;

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Parágrafo único - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de acordo com a sua esfera de competência.

Art. 41 - As Unidades Executivas Descentralizadas compete:

I - elaborar o Plano de Bacia Hidrográfica para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacias Hidrográficas;

II - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

III - participar da gestão do sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área territorial de atuação, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

IV - manter cadastro de usuários de recursos hídricos, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

V - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

VII - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;

VIII - propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

e) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

f) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

IX - zelar pelo cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

X - representar perante o órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) sobre as informações aos dispositivos desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

XI - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica da área de sua atuação;

XII - dar conhecimento público sobre os objetivos e resultados de sua atuação;

XIII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XIV - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XV - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

## **Capítulo XI**

### **Participação na Gestão de Recursos Hídricos**

#### **Seção I**

##### **Da Participação dos Municípios**

Art. 42 - O Estado, por intermédio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), poderá delegar ao Município que se organizar técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas, que se situem exclusivamente no seu território.

Parágrafo único - A delegação referida no artigo será disciplinada em ato próprio, que observará os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos previstos nesta lei, inclusive quanto à cobrança pelo direito de uso das águas.

#### **Seção II**

##### **Das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos**

Art. 43 - Para efeitos desta lei, são considerados habilitáveis para a participação da gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei:

I - os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II - as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III - as organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV - as organizações afins reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Parágrafo único - Para integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) os consórcios, as associações e as organizações mencionadas neste artigo deverão ser legalmente constituídos, observada a legislação aplicável em vigor.

## **Seção III**

### **Dos Consórcios e das Associações Intermunicipais**

Art. 44 - O Estado incentivará a formação de consórcios ou de associações intermunicipais de bacias hidrográficas, para exercício das competências reservadas as unidades executivas descentralizadas a que se refere o inciso IV do artigo 33 desta lei, de modo especial nas regiões que se apresentarem quadro ou situação crítica relativamente aos recursos hídricos, cujo gerenciamento deverá ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais mediante a celebração de convênio de mútua cooperação e de assistência.

## **Seção IV**

### **Das Associações Regionais, Locais ou Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos**

Art. 45 - O Estado incentivará a criação, a implantação e o funcionamento de associações cíveis, mencionadas no inciso II do art. 43 desta lei, legalmente constituídas sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, na forma da lei, mediante a participação majoritária de usuários de recursos hídricos, para exercerem as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, a que se refere o inciso IV do art. 33 desta lei, para o gerenciamento de recursos hídricos na área de atuação de seu respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ 1º - As associações cíveis referidas neste artigo celebrarão Contrato de gestão com o Estado do Paraná, representado por seu Governador, com a interferência das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, bem como dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual ligados à política e a gestão de recursos hídricos, para o cumprimento de funções inerentes ao gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do art. 5º desta lei.

§ 2º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o acordo de vontades celebrado na forma prevista no parágrafo anterior, com a finalidade de assegurar às associações cíveis referidas no artigo, autonomia técnica, administrativa e financeira.

§ 3º - Os critérios, as exigências formais e as condições gerais para a celebração do Contrato de

Gestão, referido nesta Seção, serão objeto de regulamentação aprovado por Decreto do Governador do Estado.

§ - 4º - Na hipótese de delegação pela União Federal ao Estado para o gerenciamento de bacia hidrográfica de recursos hídricos de seu domínio, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) poderá subrogar às associações civis previstas nesta Seção o gerenciamento da bacia, com a observância da celebração do Contrato de Gestão e dos demais atos que se fizerem necessários para a consecução do instrumento delegatório.

### **Seção V**

#### **Das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Hídricos**

Art. 46 - As organizações técnicas de ensino e de pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública, na forma da lei, poderão prestar apoio e cooperação ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), mediante convênio ou contrato, como convier, observada a legislação aplicável.

Parágrafo único - O apoio e a cooperação referidos no artigo, consistirão, basicamente, em ações e atividades de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos, treinamento de pessoal, informatização e prestação de serviços afins, compatíveis com a política e a gestão de recursos hídricos do Estado de que trata esta lei.

### **Seção VI**

#### **Das Organizações Não Governamentais na Área de Recursos Hídricos**

Art. 47 - A participação de organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e das comunidades poderá ser credenciada perante o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SERGH/PR), na forma de ato próprio baixado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, após audiência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

### **Seção VII**

#### **Do Reconhecimento de Outras Organizações Civis no Gerenciamento de Recursos Hídricos**

Art. 48 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), mediante proposta de Comitê de Bacia Hidrográfica, poderá reconhecer outras organizações civis, legalmente constituídas e reconhecidas de utilidade pública, com interesse em recursos hídricos, para participarem, de forma auxiliar, no gerenciamento da respectiva bacia hidrográfica.

## **Capítulo XII**

### **Infrações e Penalidades**

Art. 49 - Constituem infrações às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos estabelecidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - a utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - o início de implantação, ampliação e a alteração de qualquer empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos que importem alterações no seu regime, quantidade ou qualidade, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes integrantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - a utilização de recursos hídricos ou a execução de obras ou serviços em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

IV - a perfuração de poços para a extração de águas subterrâneas, assim definidos em regulamento;

V - a fraude nas medições dos volumes de água captados e a declaração de valores diferentes dos utilizados;

VI - a transgressão das instruções e dos procedimentos prefixados pelos órgãos e entidades competentes que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

Art. 50 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência por escrito, na qual estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade de infração de 1.200 (um mil e duzentos) a 12.000 (doze mil) vezes o valor nominal do Fator de Conversão e atualização (FCA), ou outro fator que venha a substituí-lo pelo Poder Executivo Estadual;

III - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga se for o caso, para repor incontinenti, no seu estado, os recursos hídricos. leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º - Sempre que a infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou a vida, perecimento de bens ou animais ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo estabelecido pelo inciso II deste artigo.

§ 2º - No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos arts. 36, 53, 56, 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º - Pauta tipificada de infrações e respectivas penalidades, segundo o grau e as características de sua prática, será fixada em tabela própria, prevista em lei.

§ 4º - A aplicação das penalidades previstas nesta lei, levará em conta:

- a) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- b) os antecedentes do infrator;
- c) a gravidade do dano.

§ 5º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 6º - Da aplicação das sanções previstas neste Capítulo caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 7º - Para efeito do disposto no § 4º deste artigo, a utilização de recursos hídricos como fator de produção é considerada como circunstância atenuante.

§ 8º - A aplicação das penalidades obedecerá ao princípio do devido processo legal.

Art. 51 - As penalidades por infrações tipificadas na legislação ambiental serão aplicadas pelo órgão seccional do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, como previsto na lei federal respectiva.

Art. 52 - A autoridade administrativa procederá a cobrança amigável de débitos decorrentes do uso de recursos hídricos, após o término do prazo para os seu recolhimento, acrescido de multa de 5% (cinco por cento) e de juros legais, a título de mora, enquanto não inscritos para execução judicial.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, a autoridade administrativa encaminhará o débito para a inscrição em Dívida Ativa, na forma da legislação em vigor.

### Capítulo XIII

#### Disposições Gerais e Transitórias

Art. 53 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implantada de forma gradual sobre todos os setores usuários.

§ 1º - As captações destinadas à produção agropecuária cujo volume seja inferior a 5.000m<sup>3</sup> estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.

§ 2º - A isenção estabelecida no parágrafo anterior não prejudicará a possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes, nos termos do § 1º do art. 13 e do inciso VI do art. 39 desta lei, como também de eventuais isenções a volumes superiores ao mencionado no § 1º deste art., concedidas em bacias hidrográficas com grande disponibilidade e ausência de conflitos pelo uso da água, desde que tais isenções sejam propostas pelas Unidades Executivas Descentralizadas e aprovadas, nos termos desta lei, pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º - Serão concedidas bonificações e incentivos às captações, usos consumptivos e derivações destinadas à piscicultura e aos cultivos irrigados que desenvolvam práticas exemplares no uso de recursos hídricos, considerada a expressão dos volumes anuais utilizados, na forma de regulamento específico, a ser estabelecido pelo Executivo Estadual, que observará conformidade com o dispositivo no § 4º do art. 20, desta lei, sem prejuízo da possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes.

§ 4º - Para efeito da gradualidade, referida no caput, a implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos observará período de carência de quatro anos para o setor agropecuário, contado a partir do início da aplicação da cobrança e passível de renovação, mediante prévia aprovação do respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica e ratificação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 54 - O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), para dar cumprimento ao disposto nesta lei, aplicará, quando e como couber, o regime de concessões, permissões e autorizações previsto nas leis federais, sem prejuízo da legislação estadual aplicável.

Art. 55 - O Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, objeto da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998, deverá articular-se ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, objeto desta lei, aplicando-se percentual de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso da água em ações de interesse dos municípios e pertinentes à preservação e conservação de mananciais destinados ao abastecimento público, mediante prévia inserção no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo único - Este dispositivo será aplicável a outros sistemas de gestão e proteção a mananciais de interesse regional que venham a ser instituídos por lei estadual.

Art. 56 - O Poder Executivo Estadual, mediante decreto, expedirá instruções de caráter operacional visando a compatibilizar e articular o Fundo de Proteção Ambiental (FPA-RMC), de que trata a Lei nº 12.248/98, com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de que trata esta lei, de modo especial no que se refere ao planejamento e à programação da aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso das águas em planos, programas, projetos e atividades de interesse comum metropolitano.

Art. 57 - A expedição de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, para fins de exploração de areia, em regiões que contemplem áreas de mananciais e nascentes, bem como de preservação permanente nos rios do Estado do Paraná, deverá ser submetida a prévia aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e antecedida pelos competentes estudos ambientais.

Art. 58 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Gestão com associação civil de usuários de recurso hídricos, que se revestir das exigências e condições estabelecidas nesta lei, a qual vincular-se-á à Administração Pública Estadual, por cooperação, no regenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei.

Art. 59 - A fim de orientar, em cada bacia hidrográfica, o processo de implantação de modalidade de unidade executiva descentralizada integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme previstas no Artigo 33, §§ 1º e 2º desta Lei, o Poder Executivo, mediante decreto, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/99), baixará as instruções necessárias relativas à definição do início efetivo de suas ações e atividades operativas.

Parágrafo Único - Enquanto não for definitivamente implantada a modalidade de unidade executiva descentralizada, o Poder Executivo, no decreto de que trata este artigo, poderá incumbir, por prazo indeterminado, a órgão ou entidade da Administração Pública Estadual as funções, competências e atribuições inerentes à citada unidade, até que esta possa entrar em plena operação.

## **Capítulo XIV**

### **Disposições Finais**

Art. 60 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 61 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62 - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) PODER EXECUTIVO

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** **EMENDA DA COMISSÃO DE** **ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE E** **DEMAIS EMENDAS DA CCJ** **PROJETO DE LEI Nº 255/98**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

A matéria em questão refere-se ao Projeto de Lei nº 255/98, originado pela Mensagem nº 020/98 do Executivo, instituindo a Política e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta matéria já foi objeto de análise e aprovação anterior por esta douta Comissão de Constituição e Justiça, em duas ocasiões. A primeira, inaugurando a tramitação do Projeto nesta Casa. A segunda, em 01 de junho de 1999, no formato de um Substitutivo Geral, no qual foi incorporada a expressiva maioria das emendas apresentadas em Plenário, consubstanciando, no Projeto original, notável aprimoramento promovido pelo Legislativo.

Dentre as emendas incorporadas, cabe destacar aquelas patrocinadas pelo nobre Deputado Orlando Pesutti, em atenção ao setor agropecuário e, ainda, emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, introduzindo, no texto legal, Capítulo sobre Águas Subterrâneas.

Posto à apreciação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o Substitutivo Geral recebeu emenda aditiva ao Art. 34, no sentido de inserir representação do Legislativo junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Ademais, inúmeros debates suscitados durante sua tramitação, levaram o Executivo Estadual a reexaminar a matéria, reconduzida para apreciação final desta Casa mediante o Ofício CTL-SEEG 292/99. Os mencionados debates indicaram a oportunidade de que fossem promovidas adequações na redação de alguns de seus artigos notadamente daqueles referentes a cobrança pelo direito de uso da água, com maior atenção para com sua incidência sobre o setor agropecuário paranaense.

Isto posto, o Parecer desta CCJ é favorável à emenda aditiva da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, bem como ao entendimento de que são oportunas as adequações de redação propostas pela maioria das emendas desta CCJ, relativas aos artigos 7º, 13, 17, 20, 22, 34, 39 e 53. Ademais, estas alterações observam estudos apresentados pelo Executivo Estadual e os subsídios conferidos pelos amplos debates técnicos e sociais travados sobre a matéria nos últimos meses, debates estes que orientaram a proposta do presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 255/98.

### **Fundamentos**

As alterações que passam a constar do Substitutivo Geral são destacadas, na sequência, seguidas da apre-



ciação, em termos de sua constitucionalidade e legalidade.

**1 - Alteração no § 4º, do Art. 7º, como segue:**

“§ 4º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.”

**Apreciação da adequação proposta:** Por seu caráter estratégico e pelo conjunto de interesses que envolve, serão relevantes as recomendações que o Legislativo venha a aportar junto ao Plano Estadual de Recursos Hídricos. A emenda foi acolhida.

**2 - Adequação na redação do § 1º, do Art. 13, conforme segue:**

“§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI, do Art. 39, desta Lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes os poços destinados a consumo familiar de proprietários e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural”.

**Apreciação sobre a adequação de redação proposta:** A adequação de redação visa, essencialmente, explicitar que os poços destinados ao uso humano no meio rural serão definidos como de consumo insignificante e, por conseguinte, não estarão sujeitos à outorga. Este acréscimo, portanto, não implica em alteração de mérito, tampouco modifica aspectos de constitucionalidade do Substitutivo original. Por outro lado, define uma das categorias de usuários de recursos hídricos que, por sua natureza dispersa, utilização essencial e pequena dimensão, devem estar isentos da obrigatoriedade de obtenção de outorga.

**3 - Adequação de redação, inserindo § 2º ao Art. 17:**

“§ 2º - O Poder Executivo, ao emitir a outorga, mediante entidade competente, observará a vigência de contratos de concessão de serviços públicos que impliquem na utilização de recursos hídricos”.

**Apreciação sobre a adequação proposta:** O disposto no § 2º visa prevenir a possibilidade de empresas que tiveram seus contratos de concessão vencidos, permaneçam detentoras da outorga de direito de uso de recursos hídricos. Entende-se que a emenda original proposta pelo nobre Deputado José Maria Ferreira, deva ser estendida aos demais serviços públicos que utilizam recursos hídricos.

**4 - Acréscimo na redação do *caput* do Art. 20, conforme segue:**

“Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos, excluídos os usos definidos como insignificantes e não sujeitos a outorga, devem ser observados os seguintes fatores:”

**Apreciação sobre a adequação de redação proposta:** A nova redação objetiva dar destaque, no *caput* do Art. 20, para a disposição legal, já constante do Projeto de Lei, de que somente usos outorgados estarão sujeitos à

cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, excluindo-se da cobrança aqueles definidos como “insignificantes”. Novamente, este destaque não implica em alteração de mérito e também não altera os aspectos de constitucionalidade e legalidade do texto constante do Substitutivo Geral.

**5 - Alteração de redação do § 4º, do Art. 20, conforme segue:**

“§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus efluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior àquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e da água, bem como de proteção a mananciais superficiais ou subterrâneos.”

**Apreciação sobre a alteração de redação proposta:** A alteração amplia as práticas que poderão ser contempladas com bonificações e incentivos, inserindo, dentre estas, a conservação integrada dos solos e das águas, particularmente relevante no caso das atividades agrícolas extensivas, com presença dominante no meio rural paranaense. A exemplo dos anteriores, este ajuste na redação original, não implica em alteração de mérito e tampouco altera os aspectos de constitucionalidade e legalidade pertinente à matéria.

**6 - Alteração na redação do § 7º, do Artigo 22, como segue:**

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço e amortização de dívidas, resultantes de operações de crédito e de financiamento, contraídas pelo Estado e destinadas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso, por Decreto do Poder Executivo.

**Apreciação sobre a alteração de redação proposta:** A alteração elimina dupla interpretação, estabelecendo que o Fundo retornará ao Estado, serviços e amortização de dívidas resultantes de operações de crédito que forem destinadas ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos. O acolhimento desta emenda prejudica a nova redação proposta pelo Deputado Hermes da Fonseca.

**7 - Alteração de redação do Art. 34, conforme segue:**

“Art. 34 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes da Assembléia Legislativa Estadual;

III - representantes dos Municípios;

IV - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

V - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - A representação de instituições do Poder Executivo Estadual, a que se refere o inciso I, será paritária em relação à totalidade dos representantes dos demais segmentos.

§ 2º - A indicação dos representantes, referidos nos incisos do *caput*, será efetuada pelos respectivos segmentos, garantida a participação deliberativa a todos os membros do CERH/PR.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no *caput* deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto do Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.”

**Apreciação sobre a emenda aditiva da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente:** A emenda atua no sentido de democratizar o espaço institucional do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR). Primeiramente, pela inclusão, no *caput*, em seu inciso II, de representação ao Legislativo Estadual, representação esta que certamente propiciará o exercício da articulação indispensável entre ambos os Poderes, Legislativo e Executivo, trazendo ao conhecimento da Assembléia, os temas e questões estaduais, de natureza estratégica e do mais elevado interesse público, pertinentes à gestão das águas em território paranaense.

Em segundo lugar, quanto à composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), foi introduzida paridade entre o Executivo e a totalidade dos demais integrantes do Conselho. Por fim, reconhecendo a importância dos setores usuários, elevou-se a participação destes no CERH/PR, antes meramente consultiva, agora também deliberativa.

Estas adequações na composição do CERH/PR, em nada alteram a dinâmica geral propugnada para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que permanece marcadamente descentralizada aos Comitês de Bacia Hidrográfica e respectivas Unidades Executivas Descentralizadas (UEDs). Propiciam, no entanto, maior pluralidade na instância responsável pela disposição de políticas e diretrizes gerais do Sistema.

Quanto à pertinência das alterações, nada obsta no concernente aos aspectos de adequação constitucional e legalidade, acrescentando-se méritos de melhor aceitabilidade social e política para a composição agora prevista para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

**8 - Adequação de redação do inciso VIII - do Art. 39, como segue:**

“ VIII - autorizar a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, mediante delegação às Agências de Água, consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica ou associações de usuários de recursos hídricos, ou realizá-la diretamente;”

**Apreciação sobre a adequação proposta:** A inversão do texto visa explicitar que a descentralização da cobrança deve ser a opção preferencial, ficando a cargo da SEMA somente nas bacias em conflito, onde não forem instalados comitês e respectivas unidades executivas descentralizadas. O Substitutivo Geral acolhe a emenda apresentada pelo Deputado José Maria Ferreira.

**9 - Alteração de redação do Art. 53 (Capítulo XIII - Disposições Transitórias), conforme segue:**

“Art. 53 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta Lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implementada de forma gradual sobre todos os setores usuários.

§ 1º - As captações destinadas à produção cujo volume anual seja inferior a 5.000 m3 estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.

§ 2º - A isenção estabelecida no parágrafo anterior não prejudicará a possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes, nos termos do § 1º, do Art. 13 e do inciso VI do Art. 39, desta Lei, como também de eventuais isenções a volumes superiores ao mencionado no § 1º deste artigo, concedidas em bacias hidrográficas com grande disponibilidade e ausência de conflitos pelo uso da água, desde que tais isenções sejam propostas pelas Unidades Executivas Descentralizadas e aprovadas, nos termos desta Lei, pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º - Serão concedidas bonificações e incentivos às captações, usos consumptivos e derivações destinadas à piscicultura e aos cultivos irrigados que desenvolvam práticas exemplares no uso de recursos hídricos, considerada a expressão dos volumes anuais utilizados, na forma de regulamento específico, a ser estabelecido pelo Executivo Estadual, que observará conformidade com o disposto no § 4º, do Art. 20, desta Lei, sem prejuízo da possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes.

§ 4º - Para efeito da gradualidade, referida no *caput*, a implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos observará período de carência de quatro anos para o setor agropecuário, contado a partir do início da aplicação da cobrança e possível de renovação, mediante prévia aprovação do respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica e ratificação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.”

**Apreciação sobre a alteração de redação proposta:** A presente proposta do Substitutivo Geral ao PL nº 255/98 foi pautada pelos estudos, seminários e amplos debates ocorridos sobre esta matéria, durante os últimos meses, culminando com acordos celebrados com o setor agropecuário do Paraná, representado por suas entidades de classe, FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná).

Mediante esta alteração, são acrescentados 04 (quatro) parágrafos ao Art.53 original. No primeiro, especifica-se uma faixa de isenção para consumos do setor agropecuário inferiores a 5.000 m3 anuais, equivalendo a estabelecer com clareza, em termos numéricos, o que seriam usos considerados insignificantes no meio rural, conforme possibilidade prevista pelo próprio Projeto de lei. Cabe esclarecer que este valor foi definido após estudos aprofundados, conduzidos pelas instituições estaduais responsáveis, cujos resultados foram debatidos e aceitos.

O § 2º destina-se a ressaltar que a isenção expressa pelo § 1º não prejudica a possibilidade, aberta por disposições do próprio Projeto de Lei, no sentido de definição de usos insignificantes, assim como de volumes consumidos a maior do que os 5.000 m3 anuais, sempre que tais definições sejam devidamente aprovadas pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, em condições favoráveis de oferta e demanda pelo uso de recursos hídricos.

O § 3º reproduz a possibilidade, já estabelecida no § 4º, do Art. 20, de concessão de bonificações e incentivos a práticas exemplares de utilização de recursos hídricos, com o objetivo de conferir destaque para as atividades de irrigação e piscicultura, reconhecidas como usos relevantes da água pelo setor agropecuário.

Por fim, tal como procedido no primeiro, o § 4º confere números objetivos à gradualidade, exigida pelo *caput*, na implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, prevendo um período de carência de quatro anos para o setor agropecuário, passível de renovação mediante prévia aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e ratificação pelo CERH/PR. Desta forma, confere-se prazo ao setor agropecuário para que este proceda à adequação de seus processos produtivos, com vistas à melhor utilização de recursos hídricos.

A exemplo das alterações anteriores, é importante destacar que os novos parágrafos inseridos no Substitutivo Geral, em nada alterem a essência meritória do texto legal, antes disso, conferem maior clareza e objetividade numérica a dispositivos já previstos originalmente. Igualmente, nada obsta sob o ponto de vista de sua constitucionalidade e legalidade.

#### **10 - Emenda proposta para alteração de redação do Art. 12, de autoria do Deputado Hermes da Fonseca:**

**Apreciação sobre a alteração de redação proposta:** A redação original reproduz integralmente o disposto pela Lei Federal nº 9433/97. Ao conceder outorga, para captações ou para lançamentos de efluentes poluidores, o Estado exerce o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água. O Substitutivo Geral mantém a redação original.

#### **11 - Emenda propondo a adição de 3 (três) incisos ao Art. 33, de autoria do Deputado Hermes da Fonseca:**

**Apreciação sobre a alteração de redação proposta:** Os incisos acolheriam, como integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, as associações de consumidores PROCON e entidades de defesa do meio ambiente. Estas entidades, enquanto representantes da Sociedade Civil, têm representação assegurada juntos aos Comitês de Bacia Hidrográfica, portanto, as inserções caracterizam excesso. Seria similar à nominação de entidades específicas (IAP, SUDERHSA, COMEC, FIEP, FAEP, OCEPAR e outras), como integrantes do Sistema Estadual. O Substitutivo Geral mantém a redação original.

#### **12 - Emenda propondo a revisão da Lei, no prazo de 24 meses, a partir de sua vigência, subscrita pelo Deputado Waldyr Pugliesi:**

**Apreciação sobre a emenda proposta:** A participação de representantes do Legislativo junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como as funções deste Conselho na disposição de diretrizes e orientações funcionais ao Sistema, asseguram que as correções na sua implementação venham a ocorrer de forma a preservar o interesse público e dos segmentos usuários de recursos hídricos. Ademais, a própria instalação do Sistema demandará prazo bastante superior aos 24 meses propostos para a revisão legal. Assim, o Substitutivo Geral não acolheu a emenda em questão.

#### **13 - Comentários Finais:**

Para concluir, cabe observar que o presente Substitutivo Geral, colocado para exame desta douta Comissão, manteve-se fiel a integralidade do texto aprovado anteriormente pela Comissão, honrando as emendas que haviam sido incorporadas.

Além disso, é oportuno destacar que esta matéria foi também apreciada e aprovada pelas demais Comissões temáticas desta Casa Legislativa, assegurando amplo debate e promovendo importante aperfeiçoamento à mensagem original.

Isto posto, na medida em que as adequações de redação e a maioria das emendas apresentadas estão em conformidade com a legislação nacional que rege a matéria e com as Constituições Federal e Estadual, somos de parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Antônio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Elio Rusch, Moysés Leônidas.

SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 255/98

Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## **Capítulo I**

### **Disposição Preliminar**

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como parte integrante dos Recursos Naturais do Estado, nos termos da Constituição Estadual e na forma da legislação federal aplicável.

## **Capítulo II**

### **Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 2º - A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

## **Capítulo III**

### **Objetivos**

Art. 3º - São objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de águas em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

## **Capítulo IV**

### **Diretrizes Gerais de Ação**

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos;

I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II - a gestão sistemática dos recursos hídricos adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação da gestão de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo e o controle de cheias;

IV - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 5º - O Estado do Paraná articular-se-á com a União e com outros Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Parágrafo Único - A articulação com a União, referida no caput, contemplará mecanismos de delegação, ao Governo do Estado, da gestão de sub-bacias de rios federais que drenem o território paranaense.

## **Capítulo V**

### **Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 6º - São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - o Plano Estadual de Recursos Hídricos;

II - o Plano de Bacia Hidrográfica;

III - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

IV - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

V - a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

## **Capítulo VI**

### **Caracterização dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos**

#### **Seção I**

#### **Do Plano Estadual de Recursos Hídricos**

Art. 7º - O Estado elaborará, com base nos planejamentos efetuados nas bacias hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), que conterà o seguinte:

I - objetivos a serem alcançados;

II - diretrizes e critérios para o gerenciamento de recursos hídricos;

III - indicação de alternativas e aproveitamento e controle de recursos hídricos;

IV - programação de investimentos em ações relativas à utilização, à recuperação, à conservação e à proteção dos recursos hídricos;

V - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e de comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

§ 1º - O Plano de que trata este artigo servirá como insumo e será elaborado em consonância com as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e o Plano Pluri-anual de Ação Governamental.

§ 2º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) terá vigência e horizonte de planejamento compatíveis com o período de implementação dos Planos de Bacia Hidrográfica, tendo seu capítulo referente ao diagnóstico de situação dos recursos hídricos do Estado atualizado segundo periodicidade ou conveniência estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

§ 3º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) conterá a divisão territorial do Estado, caracterizando cada bacia ou conjunto de bacias hidrográficas utilizadas para o gerenciamento dos recursos hídricos.

§ 4º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## Seção II

### Do Plano de Bacia Hidrográfica

Art. 8º - O planejamento de recursos hídricos, elaborado por bacia ou conjunto de bacias hidrográficas do Estado, consubstanciar-se-á, formalmente, em plano que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o seu respectivo gerenciamento.

Art. 9º - O Plano de Bacia Hidrográfica é de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, projetos, ações e atividades e terá o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II - análise de cenários alternativos de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III - balanço entre disponibilidade e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificações de conflitos potenciais;

IV - metas de racionalização de uso, adequação da oferta, melhoria da qualidade dos recursos hídricos dis-

poníveis, proteção e valorização dos ecossistemas aquáticos;

V - medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento de metas previstas;

VI - divisão dos cursos de água em trechos de rio, com indicação da vazão outorgável em cada trecho;

VII - prioridade para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

VIII - diretrizes e critérios para cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos;

IX - propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos.

## Seção III

### Do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes Segundo os Usos Preponderantes da Água

Art. 10 - O enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deverá:

I - ser compatível com os objetivos e metas de qualidade ambiental definidos pelo respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

II - ser factível frente à disponibilidade social de inversão, sinalizada pelo quadro de fontes de recursos previstos no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

III - objetivar padrões de qualidade das águas compatíveis com os usos a que forem destinadas, subsidiando o processo de concessão de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.

Art. 11 - As classes de corpos de água serão estabelecidas nos termos da legislação ambiental.

## Seção IV

### Da Outorga e da Suspensão da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos

Art. 12 - O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos do Estado tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 13 - Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os seguintes direitos de uso de recursos hídricos, independentemente da natureza pública ou privada, dos usuários:

I - derivações ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento de potenciais hidrelétricos;

V - intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares que visem ao controle de cheias;

VI - outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água ou o leito e margens de corpos de água.

§ 1º - Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, as acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso VI do artigo 39, desta Lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes os poços destinados ao consumo familiar de proprietários e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural.

§ 2º - A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, obedecendo a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 14 - Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado bem como a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo Único - A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 15 - A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa pela autoridade competente do Poder Executivo, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias.

I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - a ausência de uso por três anos consecutivos;

III - necessidade premente de água para atender as situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas.

Art. 16 - A outorga confere ao usuário o direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água.

§ 1º - A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas simples direito de uso.

§ 2º - Haverá disponibilidade hídrica quando a vazão no curso de água for superior à respectiva vazão outorgável, no trecho da captação ou do lançamento e em todos os trechos localizados à jusante.

§ 3º - A vazão outorgável de um trecho de rio estabelece o limite da soma das outorgas a serem concedidas, considerando os direitos de uso do próprio trecho e à montante deste.

§ 4º - A vazão outorgável de um trecho de rio estará associada à probabilidade de que a vazão efetiva do curso de água seja superior à vazão estabelecida como outorgável.

Art. 17 - Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

§ 1º - Serão respeitados os prazos de vigência de outorgas e autorizações concedidas anteriormente à publicação desta Lei, sujeitando-se suas condições de validade à devida adequação aos termos dispostos pelo presente diploma legal e respectivo regulamento.

§ 2º - O Poder Executivo, ao emitir a outorga, mediante autoridade competente, observará a vigência de contratos de concessão para prestação de serviços públicos que impliquem na utilização de recursos hídricos.

Art. 18 - A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Estadual.

## Seção V

Da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos.

Art. 19 - O direito de uso de recursos hídricos sujeito a outorga será objeto de cobrança que visa a:

I - constituir-se em instrumento de gestão;

II - conferir racionalidade econômica ao uso de recursos hídricos;

III - disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com sua classe preponderante de uso;

IV - incentivar a melhoria do gerenciamento nas bacias hidrográficas onde forem arrecadados;

V - obter recursos financeiros para implementação de programas e intervenções contemplados em Plano de Bacia Hidrográfica;

Art. 20 - No cálculo do valor a ser cobrado pelo direito de uso de recursos hídricos, excluídos os usos definidos como insignificantes e não sujeitos à outorga, devem ser observados os seguintes fatores:

I - a classe de uso preponderante em que esteja enquadrado o corpo de água objeto do uso;

II - as características e o porte da utilização;

III - as prioridades regionais;

IV - as funções social, econômica e ecológica da água;

V - a época da retirada;

VI - o uso consumptivo;

VII - a vazão e o padrão qualitativo de devolução da água, observados os limites de emissão estabelecidos pela legislação em vigor;

VIII - a disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica local;

IX - as proporcionalidades da vazão outorgada e do uso consumptivo em relação à vazão outorgável;

X - o grau de impermeabilização do solo em áreas urbanas, sempre que esta alterar significativamente o regime hidrológico e o controle de cheias;

XI - custos diferenciados para diferentes usos e usuários da água;

XII - o princípio de progressividade face ao consumo;

XIII - outros fatores, estabelecidos a critério do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 1º - Os fatores referidos neste artigo serão utilizados, para efeito de cálculo, de forma isolada, simultânea, combinada ou cumulativa.

§ 2º - No caso de utilização de corpos de água para diluição, transporte e assimilação de afluente, os responsáveis pelos lançamentos ficam obrigados ao cumprimento das normas e dos padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 3º - a diferenciação de custo, referida no inciso XI, deste artigo, poderá resultar na fixação de preços unitários distintos em função da consideração de diferentes usos e usuários da água, obtidos mediante procedimentos próprios aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) de que trata esta lei, em estrita observância, como couber, aos demais fatores constantes deste artigo.

§ 4º - O regulamento específico desta matéria estabelecerá formas de bonificação e incentivo a usuários que procedam ao tratamento de seus efluentes, lançando-os ao corpo receptor com qualidade superior àquela da captação, bem como aos usuários, inclusive municípios, que desenvolvam práticas conservacionistas de uso e manejo do solo e da água, bem como de proteção a mananciais superficiais ou subterrâneos.

§ 5º - A utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica rege-se pela legislação federal pertinente.

Art. 21 - O valor inerente à cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos classificar-se-á como receita patrimonial, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

§ 1º - A forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerentes à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a partir de proposta do órgão central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 2º - Os créditos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei, decorrentes da cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos, não pagos pelos respectivos

responsáveis, serão inscritos, cobrados e executados, com a observância da legislação aplicável e em vigor, inerente à dívida ativa.

Art. 22 - Fica criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de natureza e individualização contábeis, destinado à implantação e ao suporte financeiro de custeio e de investimentos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), de que trata esta Lei.

§º 1 - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) será constituído por recursos das seguintes fontes:

I - receitas originárias da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

II - produto de arrecadação da dívida ativa decorrente de débitos com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

III - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e em créditos adicionais;

IV - dotações consignadas no orçamento Geral da União e nos Orçamentos dos Municípios e em seus respectivos créditos adicionais;

V - produtos de operações de crédito e de financiamento realizadas pelo Estado em favor do Fundo;

VI - resultado de aplicações financeiras de disponibilidades temporárias ou transitórias do Fundo;

VII - receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelo órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), visando a atender aos objetivos do Fundo.

VIII - contribuições, doações e legados, em favor do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

§ 2º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) terá como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na qualidade de órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e como agente financeiro instituição financeira oficial, incumbindo-se a Secretaria de Estado da Fazenda da supervisão financeira de ambos.

§ 3º - O gerenciamento operacional da aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), rege-se-á por Contrato de gestão celebrado entre o Estado do Paraná e Unidade Executiva Descentralizada, dentre as referidas no inciso IV e parágrafos 1º e 2º do Artigo 33 desta Lei, submetido à prévia manifestação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta Lei.

§ 4º - Os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de recursos hídricos e inscritos como receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, respeitando-se o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) à exceção de proposição expressamente aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, sendo os valores arrecadados utilizados para:

a) o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas no Plano de Bacia Hidrográfica;

b) o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR).

§ 5º - A aplicação nas despesas previstas na alínea "b", do parágrafo anterior deste artigo é limitada a 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado.

§ 6º - Os valores creditados em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, de modo considerado benéfico à coletividade.

§ 7º - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR) transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço e amortização de dívidas resultantes de operações de crédito e de financiamento contraídas pelo Estado e destinadas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso, por decreto do Poder Executivo.

§ 8º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante neste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender a operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR).

## **Seção VI**

### **Do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos**

Art. 23 - A coleta, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão no Estado, serão organizados sob a forma de sistema e compatibilizados com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 24 - São princípios básicos para o funcionamento do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II - coordenação unificada do sistema;

III - acesso aos dados e informações garantido a toda sociedade.

Art. 25 - São objetivos do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos:

I - reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado do Paraná, sem prejuízo de informações sócio-econômicas relevantes para o seu gerenciamento;

II - atualizar, permanentemente, as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos e sobre ecossistemas aquáticos em todo o território do Estado;

III - fornecer subsídios para a elaboração de Plano de Bacia Hidrográfica;

IV - apoiar as ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná.

## **Capítulo VII**

### **Dos Depósitos de Águas Subterrâneas**

Art. 26 - Aplicam-se aos depósitos de águas subterrâneas os fundamentos, objetivos, diretrizes gerais de ação e os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida por esta lei.

§ 1º - São consideradas subterrâneas as águas que corram naturalmente no subsolo, de forma suscetível de extração e utilização pelo homem.

§ 2º - Nos regulamentos e normas decorrentes desta lei serão consideradas a interconexão entre águas subterrâneas e superficiais, bem como as interações observadas no ciclo hidrológico.

Art. 27 - As águas subterrâneas, em razão de sua importância estratégica, deverão estar sujeitas a programa permanente de preservação visando a possibilitar seu melhor aproveitamento.

§ 1º - A preservação e conservação dessas águas implicam em uso racional, implementação de medidas que evitem sua contaminação e promovam seu equilíbrio, em relação aos demais recursos naturais, em termos físicos, químicos e biológicos.

§ 2º - Caberá ao órgão competente do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no Capítulo X desta lei, desenvolver proposta de política de utilização dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado do Paraná, a ser submetida à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como proceder à avaliação dos recursos hídricos do subsolo e fiscalizar sua exploração, adotando medidas preventivas quanto à sua contaminação.



Art. 28 - A implantação de distritos industriais e de grandes projetos de irrigação, colonização ou de outros, que dependam da utilização de águas subterrâneas ou que sobre elas possam causar impacto relevante, deverá ser procedida de estudos hidrogeológicos para a avaliação do potencial de suas reservas hídricas e para o correto dimensionamento das vazões a serem extraídas, sujeitos à prévia aprovação dos órgãos competentes, às demais disposições desta lei e às normas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 29 - O Poder Público instituirá, sempre que necessário, áreas de proteção aos locais de extração de águas subterrâneas, com a finalidade de possibilitar sua preservação, conservação ou aproveitamento racional, nos termos definidos nesta lei.

§ 1º - Caberá à entidade competente do Poder Público Estadual proceder aos levantamentos necessários para a constituição de cadastro de poços tubulares profundos para captação de águas subterrâneas, inserindo-o junto ao Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, de que trata a Seção VI do Capítulo VI desta lei.

§ 2º - A exploração de águas subterrâneas sem observância das disposições estabelecidas pelo programa permanente de preservação referido no Artigo 27, estará sujeita às infrações e penalidades definidas pelo Capítulo XII desta lei.

### **Capítulo VIII**

#### **Rateio de Custos de Obras**

Art. 30 - As obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo de recursos hídricos terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo, após aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), atendidos os seguintes procedimentos:

I - a concessão ou a autorização de obras de regularização com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio dos custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;

II - a construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativas circunstanciadas da destinação de recursos a fundo perdido.

§ 1º - O Poder Executivo, mediante projeto de lei próprio, regulamentará a matéria contida neste artigo, no sentido de estabelecer diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios destinados à realização das obras nele enumeradas, conforme estudo aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei.

§ 2º - Os subsídios a que se refere o parágrafo anterior somente serão concedidos no caso de interesse público relevante ou na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o consequente rateio dos custos.

### **Capítulo IX**

#### **Ação do Poder Público**

Art. 31 - Na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos compete ao Poder Executivo:

I - tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III - implantar e gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;

IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

V - realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica.

Parágrafo Único - Os Poderes Executivo do Estado e dos Municípios do Paraná promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos.

### **Capítulo X**

#### **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR)**

##### **Seção I**

##### **Dos Objetivos**

Art. 32 - Fica criado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), com os seguintes objetivos:

I - coordenar a gestão integrada das águas;

II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;

III - implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR);

IV - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos do Estado;

V - promover a cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos.

##### **Seção II**

##### **Da Composição do Sistema**

Art. 33 - Compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - órgão deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

II - órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de Bacia Hidrográfica do Estado: os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - unidades executivas descentralizadas: as Agências de Água e os consórcios e associações a elas equiparadas, nos termos desta lei.

§ 1º - As Agências de Água, ademais de observar a limitação de custos disposta no § 5º do Art. 22, deverão ter, quando instituídas pelo Estado, personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa e organizar-se-ão segundo quaisquer das formas permitidas pelo direito administrativo, civil ou comercial, atendidas as necessidades, características e peculiaridades regionais, locais ou setoriais, mediante autorização, em lei, ao Poder Executivo, que aprovará, por Decreto, os seus respectivos atos constitutivos a serem inscritos no registro público, na forma da legislação aplicável.

§ 2º - Enquadram-se na condição de equiparados às Agências de Água, para os efeitos desta lei, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas, bem como as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídas, aos quais poderão ser delegados, por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de que trata esta lei, o exercício das funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas.

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará, mediante Decreto, na forma da legislação aplicável e desta lei, o enquadramento de órgão subordinado e de entidade vinculada à Secretaria de Estado referida no inciso II deste artigo, bem como de órgão ou entidade público ou privado, que a título de articulação, delegação ou cooperação, exerçam ações e atividades relacionadas com a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) ou participem de seu gerenciamento.

Art. 34 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) é composto por:

I - representantes de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes da Assembléia Legislativa Estadual;

III - representantes dos Municípios;

IV - representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos;

V - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - A representação de instituições do Poder Executivo Estadual, a que se refere o inciso I, será paritária em relação à totalidade dos representantes dos demais segmentos.

§ 2º - A indicação dos representantes, referidos nos incisos do *caput*, será efetuada pelos respectivos segmentos, garantida a participação deliberativa a todos os membros do CERH/PR.

§ 3º - A designação de representantes dos segmentos mencionados no *caput* deste artigo, a organização administrativa e o funcionamento do CERH/PR serão estabelecidos em Decreto do Governador.

§ 4º - O CERH/PR poderá, sempre que julgar conveniente, delegar competências e atribuições aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 35 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade da bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo Único - A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, em rios de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei, será efetivada por ato próprio do Governador.

Art. 36 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão compostos por:

I - representantes das instâncias regionais das instituições públicas estaduais, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

II - representantes dos Municípios;

III - representantes de entidades da sociedade civil com atuação regional relacionada com recursos hídricos;

IV - representantes de usuários de recursos hídricos.

§ 1º - Os critérios para a indicação dos representantes de cada segmento mencionado neste artigo, bem como a sua participação relativa na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, serão definidos no ato de sua instalação, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), passando a constar dos seus respectivos Regimentos Internos.

§ 2º - A indicação nominal dos representantes mencionados neste artigo será efetuada pelo respectivo segmento e formalmente acolhida por ato próprio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Art. 37 - As Agências de Água, os consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos atuarão como unidades executivas descentralizadas, prestando apoio aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica e respondendo pelo planejamento e pela formulação do Plano de Bacia

Hidrográfica, bem como pelo suporte administrativo, técnico e financeiro, inclusive pela cobrança dos direitos de uso dos recursos hídricos na sua área de atuação.

**Parágrafo Único** - A proposta de criação de consórcio ou associação intermunicipal de bacia hidrográfica ou de associação regional, local ou setorial de usuários de recursos hídricos, com a finalidade de equiparar-se às Agências de Água e exercer as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, de que trata o inciso IV do artigo 33 desta lei, dar-se-á mediante iniciativa de usuários de recursos hídricos, submetida à aprovação formal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) e anterior constituição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, por ato próprio do Governador.

### **Seção III**

#### **Das Competências e Atribuições de Órgãos e Unidades Integrantes do Sistema**

**Art. 38** - Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), na condição de órgão deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - estabelecer princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos a serem observados pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e Planos de Bacia Hidrográfica;

II - aprovar proposição do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), na forma estabelecida nesta lei;

III - arbitrar e decidir os conflitos entre Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - atuar como instância de recurso nas decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito de um Comitê de Bacia Hidrográfica;

VI - estabelecer critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

VII - aprovar proposição da probabilidade associada à vazão outorgável, referida no § 4º do artigo 16, desta lei;

VIII - estabelecer critérios e normas gerais sobre a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

IX - estabelecer critérios para o rateio de custos de usos múltiplos dos recursos hídricos;

X - instituir Comitês de Bacia Hidrográfica;

XI - reconhecer consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas e associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos como unidades executivas descentralizadas integrantes do sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

XII - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento compatíveis com a gestão de recursos hídricos do Estado ou de sub-bacias de

rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do Parágrafo Único do artigo 5º desta lei.

**Art. 39** - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na condição de órgão executivo gestor e coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) compete:

I - encaminhar à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) a proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR) e suas modificações, tendo os Planos de Bacia Hidrográfica como base;

II - fomentar a captação de recursos para financiar ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLERH/PR), supervisionando o coordenando a sua aplicação;

III - acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR);

IV - zelar pela manutenção de política de remuneração pelo uso da água, observando as disposições constitucionais e legais aplicáveis;

V - outorgar e suspender o direito do uso de água, mediante procedimentos próprios;

VI - estabelecer, com base em proposição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, referidos no § 1º do artigo 13, desta lei;

VII - gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários das águas, com a cooperação das unidades executivas descentralizadas de que trata o inciso IV do artigo 33, desta lei;

VIII - autorizar a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos, mediante delegação às Agências de Água, consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica ou associações de usuários de recursos hídricos, ou realizá-la diretamente;

IX - aplicar penalidades por infrações previstas nesta lei, em seu regulamento e nas normas deles decorrentes, inclusive as originárias de representação formal subscritas por unidades executivas descentralizadas;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

**Art. 40** - Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, na condição de órgãos regionais de caráter deliberativo e normativo, na sua área territorial de atuação, compete:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Bacia Hidrográfica em sua área territorial de atuação;

IV - acompanhar a execução do Plano de Bacia Hidrográfica e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos;

VI - propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VII - propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), a probabilidade associada à razão outorgável, referida no § 4º do artigo 16 desta lei;

VIII - aprovar proposição de mecanismos de cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos e dos valores a serem cobrados;

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

X - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Parágrafo Único - Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), de acordo com a sua esfera de competência.

Art. 41 - Às Unidades Executivas Descentralizadas compete:

I - elaborar o Plano de Bacia Hidrográfica para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica ou Comitês de Bacias Hidrográficas;

II - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

III - participar da gestão do sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área territorial de atuação, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

IV - manter cadastro de usuários de recursos hídricos, com a cooperação das entidades estaduais responsáveis;

V - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

VI - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados, com recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

VII - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;

VIII - propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR);

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

e) a divisão dos cursos de água em trechos de rio e o cálculo da vazão outorgável em cada trecho;

f) a probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

IX - zelar pelo cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

X - representar perante o órgão executivo e de coordenação central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) sobre as infrações aos dispositivos desta lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes;

XI - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica da área de sua atuação;

XII - dar conhecimento público sobre os objetivos e resultados de sua atuação;

XIII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XIV - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XV - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

## **Capítulo XI**

### **Participação na Gestão de Recursos Hídricos**

#### **Seção I**

##### **Da Participação dos Municípios**

Art. 42 - O Estado, por intermédio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), poderá delegar ao Município que se organizar técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas, que se situem exclusivamente no seu território.

Parágrafo único - A delegação referida no artigo será disciplinada em ato próprio, que observará os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos previstos nesta lei, inclusive quanto à cobrança pelo direito de uso das águas.

#### **Seção II**

##### **Das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos**

Art. 43 - Para os efeitos desta lei, são considerados habilitáveis para a participação da gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei:

I - os consórcios e as associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II - as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III - as organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;

IV - as organizações afins reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

Parágrafo único - Para integrar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) os consórcios, as associações e as organizações mencionadas neste artigo deverão ser legalmente constituídos, observada a legislação aplicável em vigor.

### **Seção III**

#### **Dos Consórcios e das Associações Intermunicipais**

Art. 44 - O Estado incentivará a formação de consórcios ou de associações intermunicipais de bacias hidrográficas, para exercício das competências reservadas às unidades executivas descentralizadas a que se refere o inciso IV do artigo 33 desta lei, de modo especial nas regiões que apresentarem quadro ou situação crítica relativamente aos recursos hídricos, cujo gerenciamento deverá ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais mediante a celebração de convênio de mútua cooperação e de assistência.

### **Seção IV**

#### **Das Associações Regionais, Locais ou Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos**

Art. 45 - O Estado incentivará a criação, a implantação e o funcionamento de associações civis, mencionadas no inciso II do art. 43 desta lei, legalmente constituídas sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, na forma da lei, mediante a participação majoritária de usuários de recursos hídricos, para exercerem as funções, competências e atribuições inerentes às unidades executivas descentralizadas, a que se refere o inciso IV do art. 33 desta lei, para o gerenciamento de recursos hídricos na área de atuação de seu respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ 1º - As associações civis referidas neste artigo celebrarão Contrato de gestão com o Estado do Paraná, representado por seu Governador, com a interveniência das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, bem como dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual ligados à política e a gestão de recursos hídricos, para o cumpri-

mento de funções inerentes ao gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do art. 5º desta lei.

§ 2º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o acordo de vontades celebrado na forma prevista no parágrafo anterior, com a finalidade de assegurar às associações civis referidas no artigo, autonomia técnica, administrativa e financeira.

§ 3º - Os critérios, as exigências formais e as condições gerais para a celebração do Contrato de Gestão, referido nesta Seção, serão objeto de regulamento aprovado por Decreto do Governador do Estado.

§ 4º - Na hipótese de delegação pela União Federal ao Estado para o gerenciamento de bacia hidrográfica de recursos hídricos de seu domínio, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR) poderá sub-rogar às associações civis previstas nesta Seção o gerenciamento da bacia, com a observância da celebração do Contrato de Gestão e dos demais atos que se fizerem necessários para a consecução do instrumento delegatório.

### **Seção V**

#### **Das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Hídricos**

Art. 46 - As organizações técnicas de ensino e de pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública, na forma da lei, poderão prestar apoio e cooperação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), mediante convênio ou contrato, como convier, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único - O apoio e a cooperação referidos no artigo, consistirão, basicamente, em ações e atividades de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos, treinamento de pessoal, informatização e prestação de serviços afins, compatíveis com a política e a gestão de recursos hídricos do Estado de que trata esta lei.

### **Seção VI**

#### **Das Organizações Não Governamentais na Área de Recursos Hídricos**

Art. 47 - A participação de organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e das comunidades poderá ser credenciada perante o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), na forma de ato próprio baixado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, após audiência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

### **Seção VII**

## Do Reconhecimento de outras Organizações Cíveis no Gerenciamento de Recursos Hídricos

Art. 48 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), mediante proposta de Comitê de Bacia Hidrográfica, poderá reconhecer outras organizações cíveis, legalmente constituídas e reconhecidas de utilidade pública, com interesse em recursos hídricos, para participarem, de forma auxiliar, no gerenciamento da respectiva bacia hidrográfica.

## Capítulo XII Infrações e Penalidades

Art. 49 - Constituem infrações às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos estabelecidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR):

I - a utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - o início de implantação, ampliação e a alteração de qualquer empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos que importem alterações no seu regime, quantidade ou qualidade, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes integrantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

III - a utilização de recursos hídricos ou a execução de obras ou serviços em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

IV - a perfuração de poços para a extração de águas subterrâneas ou a sua operação sem a devida autorização, ressalvados os casos de vazão insignificante, assim definidos em regulamento;

V - a fraude nas medições dos volumes de água captados e a declaração de valores diferentes dos utilizados;

VI - a transgressão das instruções e dos procedimentos prefixados pelos órgãos e entidades competentes que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

Art. 50 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para a correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade de infração de 1.200 (um mil e duzentos) a

12.000 (doze mil) vezes o valor nominal do Fator de Conversão e atualização (FCA), ou outro fator que venha a substituí-lo instituído pelo Poder Executivo Estadual;

III - embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV - embargo definitivo, com revogação da outorga se for o caso, para repor incontinenti, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º - Sempre que a infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo estabelecido pelo inciso II deste artigo.

§ 2º - No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos arts. 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º - Pauta tipificada de infrações e respectivas penalidades, segundo o grau e as características de sua prática, será fixada em tabela própria, prevista em lei.

§ 4º - A aplicação das penalidades previstas nesta lei, levará em conta:

- a) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- b) os antecedentes do infrator;
- c) a gravidade do dano.

§ 5º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 6º - Da aplicação das sanções previstas neste Capítulo caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 7º - Para efeito do disposto no § 4º deste artigo, a utilização de recursos hídricos como fator de produção é considerada como circunstância atenuante.

§ 8º - A aplicação das penalidades obedecerá ao princípio do devido processo legal.

Art. 51 - As penalidades por infrações tipificadas na legislação ambiental serão aplicadas pelo órgão seccional do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, como previsto na lei federal respectiva.

Art. 52 - A autoridade administrativa procederá a cobrança amigável de débitos decorrentes do uso de recursos hídricos, após o término do prazo para os seus recolhimento, acrescido de multa de 5% (cinco por cento) e de juros legais, a título de mora, enquanto não inscritos para execução judicial.

Parágrafo único - Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, a autoridade administrativa encaminhará o débito para a inscrição em Dívida Ativa, na forma da legislação em vigor.

### Capítulo XIII

#### Disposições Gerais e Transitórias

Art. 53 - O Executivo Estadual estabelecerá, em regulamento próprio, no prazo de 18 (dezoito) meses a partir da vigência desta lei, os procedimentos relativos à cobrança pelo direito de uso da água, a ser implantada de forma gradual sobre todos os setores usuários.

§ 1º - As captações destinadas à produção agropecuária cujo volume anual seja inferior a 5.000m<sup>3</sup> estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga.

§ 2º - A isenção estabelecida no parágrafo anterior não prejudicará a possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes, nos termos do § 1º do art. 13 e do inciso VI do art. 39 desta lei, como também de eventuais isenções a volumes superiores ao mencionado no § 1º deste artigo, concedidas em bacias hidrográficas com grande disponibilidade e ausência de conflitos pelo uso da água, desde que tais isenções sejam propostas pelas Unidades Executivas Descentralizadas e aprovadas, nos termos desta lei, pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º - Serão concedidas bonificações e incentivos às captações, usos consumptivos e derivações destinadas à piscicultura e aos cultivos irrigados que desenvolvam práticas exemplares no uso de recursos hídricos, considerada a expressão dos volumes anuais utilizados, na forma de regulamento específico, a ser estabelecido pelo Executivo Estadual, que observará conformidade com o disposto no § 4º do art. 20, desta lei, sem prejuízo da possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes.

§ 4º - Para efeito da gradualidade, referida no caput, a implementação da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos observará período da carência de quatro anos para o setor agropecuário, contado a partir do início da aplicação da cobrança e passível de renovação, mediante prévia aprovação do respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica e ratificação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 54 - O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), para dar cumprimento ao disposto nesta lei, aplicará, quando e como couber, o regime de concessões, permissões e autorizações previsto nas leis federais respectivas, sem prejuízo da legislação estadual aplicável.

Art. 55 - O Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, objeto da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998, deverá

articular-se ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, objeto desta lei, aplicando-se percentual de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso da água em ações de interesse dos municípios e pertinentes à preservação e conservação de mananciais destinados ao abastecimento público, mediante prévia inserção no respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo Único - Este dispositivo será aplicável a outros sistemas de gestão e proteção a mananciais de interesse regional que venham a ser instituídos por lei estadual.

Art. 56 - O Poder Executivo Estadual, mediante decreto, expedirá instruções de caráter operacional visando a compatibilizar e articular o Fundo de Proteção Ambiental (FPA-RMC), de que trata a Lei nº 12.248/98, com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), de que trata esta lei, de modo especial no que se refere ao planejamento e à programação da aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo direito de uso das águas em planos, programas, projetos e atividades de interesse comum metropolitano.

Art. 57 - A expedição de licenciamento ambiental, a ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, para fins de exploração de areia, em regiões que contemplem áreas de mananciais e nascentes, bem como de preservação permanente nos rios do Estado do Paraná, deverá ser submetida a prévia aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e antecedida pelos competentes estudos ambientais.

Art. 58 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Gestão com associação civil de usuários de recurso hídricos, que se revestir das exigências e condições estabelecidas nesta lei, a qual vincular-se-á à Administração Pública Estadual, por cooperação, no gerenciamento de recursos hídricos de bacia hidrográfica de domínio do Estado e em sub-bacias de rios de domínio da União cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta Lei.

Art. 59 - A fim de orientar, em cada bacia hidrográfica, o processo de implantação de modalidade de unidade executiva descentralizada integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme previstas no Artigo 33, §§ 1º e 2º desta Lei, o Poder Executivo, mediante decreto, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), baixará as instruções necessárias relativas à definição do início efetivo de suas ações e atividades operativas.

Parágrafo Único - Enquanto não for definitivamente implantada a modalidade de unidade executiva descentralizada, o Poder Executivo, no decreto de que trata este artigo, poderá incumbir, por prazo determinado, a órgão ou entidade da Administração Pública Estadual

as funções, competências e atribuições inerentes à citada unidade, até que esta possa entrar em plena operação.

#### **Capítulo XIV** **Disposições Finais**

Art. 60 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 61 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62 - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 10.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

#### **Em votação.**

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é de agora a minha preocupação com a questão do meio ambiente. Pude colocar em prática uma lei, há dez anos atrás, do ICMS Ecológico. A lei repassa recursos para os municípios que preservam o meio ambiente. Essa Casa aprovou a lei e na oportunidade que ela foi aprovada, apenas 50 municípios eram beneficiados. Tal é a importância da lei, que hoje mais de 300 municípios estão sendo beneficiados com os recursos do ICMS Ecológico.

Hoje estamos aqui para votar uma lei similar à lei do governo Federal, que cobra o uso da água. Todos nós seremos cobrados no futuro, pelos nossos municípios, pelo cidadão, porque aprovamos uma lei onde o governo vai passar a cobrar a água.

Até concordo, é uma preocupação nacional, de outros países, a questão dos recursos hídricos. Mas há, sem sombra de dúvida, um artigo na mensagem do governo, que me chama muito a atenção. Estamos criando a receita, dizem alguns técnicos, que o governo vai faturar, em torno de 100 milhões de reais por ano, aproximadamente. Só que no Artigo 20, Parágrafo 7º, esses recursos oriundos da cobrança de água, o governo poderá aplicar em outro setor. A lei não obriga o governo reaplicar os recursos para o meio ambiente. Por exemplo, construção de barragens, plantação de árvores, recuperação de nossos mananciais. Por que se tivesse a obrigação de aplicar esses recursos aonde foram arrecadados, nós, com certeza, estaríamos garantindo a qualidade de vida para a nossa geração e para a geração do futuro. Mas no

momento em que aprovamos uma lei, aqui, que dá automaticamente ao governo fazer destes recursos o que bem entender, não resguardando o direito da qualidade de vida para a geração do futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei uma lei, aqui, antes da lei do Governo do Estado, e versa sobre a exploração de todos os recursos naturais. Pedi, fiz um requerimento à Assembléia Legislativa, onde ela aprovou anexação da mensagem do governo ao nosso projeto. Em 23/06 a Assembléia Legislativa aprovou o requerimento, anexado a então Mensagem do Governo, ao meu projeto de lei.

Na oportunidade ainda tínhamos a Assembléia Legislativa presidida pelo nosso querido Anibal Khury, sendo que na oportunidade também ele se manifestou plenamente favorável, porque entendia que tínhamos que discutir essa mensagem do governo, porque a Bacia do Iguaçu, por exemplo, vai ser a bacia que mais vai arrecadar de todas as bacias do Estado.

Vamos ficar aqui a gritar, no futuro, que não estamos reaplicando os recursos nada contra o governo atual, líder do governo Valdir Rossoni, até porque acho que se o Governador Jaime Lerner tivesse conhecimento do texto que estamos aprovando, aqui, não sei se ele seria a favor. Acho que ele mesmo colocaria uma emenda, que eu estou pretendendo fazer com que a Assembléia acate esta Emenda, aonde se abrirá uma conta para cada micro bacia, para se reaplicar os recursos na própria micro bacia, ou bacia.

Então, Sr. Presidente, a minha tentativa é de ter o direito de apresentar uma Emenda para contribuir com a mensagem do Governo. E o nosso argumento é baseado num requerimento, aprovado em 23 de junho, por este Plenário. E se não bastasse este requerimento que faço a Vossa Excelência, para que retire, por uma, por duas sessões, este projeto, gostaria de requerer, e o faço oficialmente, para que Vossa Excelência, coloque em votação esta matéria, tão importante e tão complexa, artigo por artigo, conforme prevê o nosso Regimento Interno, Artigo 148, Parágrafo Único, para que nós pudéssemos, então, ter aqui a oportunidade, em Plenário.

O Deputado Algaci Tulio me disse: Vossa Excelência poderia ter discutido no seminário. Lá no seminários poderia ter discutido, mas o fórum legítimo, para discutir e aprovar ou recusar uma lei, é aqui. E nós aqui, em 2ª Votação, não sei qual é a interpretação que está sendo dada ao Regimento, mas não dar o direito ao um parlamentar que apresente e esta Casa discuta, uma emenda, que possa contribuir com o projeto? Não entendo esta questão.

Sr. Presidente, poderia tecer mais alguns comentários que recebi de estudos de professores da Universidade Federal do Paraná que me dão detalhes sobre a lei, inclusive a lei trata da questão da concessão da água. Por exemplo, o Secretário do Meio Ambiente pode autorizar uma empresa a explorar a água de determinada bacia, por 35 anos. É evidente que quem receber a outorga agora,



por 35 anos, quer dizer, 35 anos é muito! Nós poderíamos colocar uma Emenda por 10 anos esta concessão. É evidente que se os municípios estão vencendo as concessões com a SANEPAR, agora, e a SANEPAR receber a outorga, por 35 anos para explorar os recursos hídricos, de determinada bacia, é evidente que ela vai ficar absoluta.

Então são detalhes, são questões, na verdade são contribuições que me trazem aqui alguns engenheiros e professores da Universidade Federal do Paraná e nós queremos trazer as nossas inquietações aqui para o Plenário.

#### **O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Neivo Beraldin, reconheço, em Vossa Excelência, uma das pessoas, neste Plenário que têm o maior interesse, e por que não dizer competência para discutir este assunto, até em virtude de outras inserções de Vossa Excelência em outras leis, especialmente a Lei de ICMS. Vossa Excelência sempre tem norteado a atuação, nesta Casa, voltado, em parte, para a questão de meio ambiente.

Só pedi o aparte para cumprimentá-lo e também para dizer da necessidade de nós encontrarmos uma forma, que o Legislativo se torne mais aberto, Sr. Presidente, que nós possamos, com mais liberdade de ação, acolhermos Emendas. E aqui, é uma sugestão que fazemos, inclusive, o clareamento do Artigo 142, uma possível mudança e uma possível melhoria de forma que tornássemos mais elásticas as oportunidades de aperfeiçoamento ao processo legislativo.

E, por último, dizer a Vossa Excelência que a preocupação, com reelação, especialmente às concessões, ela é extremamente legítima e ela se refere ao presente nosso. Só que já fiz, através da CCJ, uma Emenda que vincula a questão das concessões, a outorga, a questão dos prazos das concessões dos municípios, especialmente para atender a questão da SANEPAR.

Esta preocupação que vossa Excelência traz e é legítima, ela já está contemplada por uma Emenda nossa que vincula a outorga ao período de concessão dado à empresa SANEPAR. E até por quê? Porque a SANEPAR hoje é uma empresa de economia mista, de controle estatal. E no caminhar que estamos vendo, em pouco tempo ela deixará de ter esta personalidade jurídica e evidentemente não poderá continuar a ter uma outorga, enquanto ela não detém a concessão. Isto está casado dentro deste projeto com emenda nossa. Só para esclarecimento.

Muito obrigado.

#### **O SR. BERALDIN**

Não quero deixar a tribuna, sem antes reler o artigo 20, § 7º, para que os Senhores Deputados, no futuro possam lembrar perfeitamente do que estou dizendo.

Não vai aqui nenhuma crítica ao atual Governo. Vai aqui uma preocupação de um Parlamentar que tem um trabalho dedicado à questão ambiental, que gostaria

de ver cobrada a água das indústrias, como está sendo colocada a lei, mas que gostaria de ver pelo menos parte desse recurso devolvido para a questão ambiental. Porque como está aqui, é o seguinte: o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviços e amortização da dívida resultante de operações de créditos e de financiamentos contraídas pelo Estado do Paraná.

Isto aqui diz tudo. No momento em que passamos 100% dos recursos para o Tesouro do Estado e que o comitê que vai gerir a bacia é nomeado pelo Poder Executivo e, que diz na lei, também, que obrigatoriamente ele tem que ser majoritário. Quais restam os recursos da Secretaria do Meio Ambiente ou do Comitê de determinada microbacia para execução de tal obra.

Tudo bem, o Comitê vai ditar, nós vamos fazer uma barragem, porque precisamos fazer uma barragem. Aí vai se encaminhar um requerimento à Secretaria da Fazenda, para saber se o Governo do Estado concorda pagar aquela obra, porque até então a autonomia não existe. Como já disse, nada contra o atual Governo, porque acho que se o Governador Jaime Lerner tivesse lido este texto, duvido que ele concordaria, porque sei que ele tem uma preocupação ambiental, e ele sabe que não é eterno no poder.

Então que no futuro, possa vir um outro governante e usar esses recursos para pagar qualquer outra coisa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa lembra a Vossa Excelência que no encaminhamento, não há aparte. Por uma deliberalidade concedemos o aparte ao Deputado José Maria Ferreira, o que não impede que assim como o Deputado Algaci Tulio que vai encaminhar a votação também, aquelas outras pessoas que queiram encaminhar, tão logo o Deputado Beraldin desocupe a tribuna, poderão fazê-lo.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Vamos encaminhar. Agradeço a sua atenção. Só lamento que seja concessão para um só.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor Presidente, quero ratificar a minha intenção de solicitar a Vossa Excelência que se observe o requerimento aprovado por esta Casa, que o Projeto de Lei 255/98, estaria anexado ao Projeto de Lei 475/96 e, também, dizer a Vossa Excelência que requeira oficialmente à Mesa, para que em última análise, se não concordarem em retirar o nosso projeto de lei, que seja votado, então, artigo por artigo, para que os Deputados possam discutir, ao longo da discussão desse projeto importantíssimo.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, o Deputado Algaci Tulio.

## O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, gostaria de me inscrever para o encaminhamento.

## O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, gostaria de me inscrever para o encaminhamento.

## O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na verdade, a Assembléia, como eu já dizia há alguns meses atrás, vota hoje uma matéria que por sua natureza e que trata dos recursos naturais, realmente é, a princípio, polêmica, mas que tenho certeza que a polêmica seria maior ainda se esta Casa se omitisse na sua discussão, se essa Casa não tomasse as devidas precauções de regulamentar esta lei. Afinal de contas, é este o papel que a Casa faz em regulamentar uma lei que já é lei federal.

Claro que nós nos debruçamos sobre esta matéria, ao longo de todo esse período, a Assembléia teve a oportunidade, ou as oportunidades, de discutir *pari passu* este assunto. Fizemos as reuniões das Comissões Internas da Casa, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Constituição e Justiça, fizemos uma audiência pública no Plenarinho da Assembléia.

Lembro aqui o Deputado Beraldin, que teve esta oportunidade, quando aqui estiveram o Secretário do Planejamento Miguel Salomão e os seus técnicos, no Plenarinho da Assembléia, ainda quando era vivo o Presidente Anibal Khury que abriu aquela Plenária, onde todos tiveram a oportunidade de se manifestar, colocar as suas idéias, as suas contribuições, para melhorar ainda mais esta matéria.

Depois, tivemos ainda mais um debate na Comissão de Constituição e Justiça, quando foram apresentadas emendas num total de 28 emendas, na sua maioria emendas do Deputado Orlando Pessuti, muito inteirado nesta área da agropecuária e mais os seus companheiros do PMDB. E emendas do Partido dos Trabalhadores, que aliás deu uma extraordinária contribuição do que se refere às águas subterrâneas.

Depois, tivemos ainda, recentemente, no auditório Castelo Branco, o Seminário, durante dois dias, lá estive e juntamente com o Deputado Orlando Pessuti, quando acompanhamos debate. Eu, em especial, fiquei uns dois dias, praticamente, neste Seminário, procurando ouvir os técnicos nacionais e os técnicos internacionais, o que é que eles achavam sobre a matéria. Qual era a impressão que eles tinham sobre a nossa matéria, aqui do Paraná, da nossa lei, já que o nosso Estado é um dos últimos a preparar a sua matéria?

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados:

(Lê):

**“PRINCIPAIS ITENS SOBRE A  
LEI DE RECURSOS HÍDRICOS**

1. A lei proposta insere-se no contexto do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei Nacional nº 9.433/97;

2. A Lei do Paraná, assim como a Lei Nacional, é basicamente composta de um Modelo Institucional e de um conjunto de Instrumentos de Gestão;

3. No Modelo Institucional, além da continuidade da atuação do Estado, que continua sendo responsável pela concessão da outorga de direito de uso da água, são criadas:

- As Unidades Executivas Descentralizadas, que poderão ser Consórcios Intermunicipais de Bacia Hidrográfica, Associações de Usuários de Recursos Hídricos ou Agências de Bacia;

- Os Comitês Regionais de Bacia Hidrográfica; e

- O Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

4. Os Instrumentos de Gestão, iguais aos previstos pela Lei Nacional, são:

- O Plano Estadual de Recursos Hídricos;

- Os Planos Regionais de Bacia Hidrográfica;

- O Enquadramento dos Corpos d'Água em classes de qualidade, segundo o uso desejado.”

Aqui, quero parabenizar o Deputado José Maria Ferreira, que deu grande contribuição também neste item do nosso projeto.

(Lê):

- “- A Outorga de Direito de Uso, para captações de água e para o lançamento de cargas poluentes;

- A cobrança pelo Direito de Uso da Água; e,

- O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

5. O Sistema Estadual, assim como o Sistema Nacional, foram concebidos de modo descentralizado e para compartilhar responsabilidades com a sociedade;

6. As Unidades Executivas Descentralizadas, ou seja, as forças locais das Associações de Usuários ou Consórcios Intermunicipais, deverão elaborar, descentralizadamente, as propostas de valores para a cobrança pelo uso da água seu respectivo Plano de Aplicação: o Plano Regional da Bacia Hidrográfica;

7. Estas proposições serão analisadas e postas à aprovação dos Comitês de Bacia, nos quais terão assento o Estado, os Municípios, a Sociedade Civil e os Usuários das Águas;

8. Sendo aprovado, o Plano segue para sua implementação;

9. Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos ficam reservadas as tarefas de disposição de políticas e diretrizes gerais, bem como o arbitramento de eventuais conflitos entre Comitês vizinhos, ou quando a aprovação do Plano de Bacia encontrar algum impasse;

10. Como a água é um bem público, de domínio dos Estados ou da União, as receitas da Cobrança deverão ter uma contabilidade geral do Estado”.

E aqui houve a grande contribuição nesta Casa dos Senhores Parlamentares. Destaco aqui o Deputado Orlando Pessuti, ausente neste Plenário, que foi sem dúvida alguma um expoente desta matéria, foi quem provocou as entidades mais ligadas à área de agropecuária, que participou de todos os debates, inclusive tenho aqui uma Ata, que já mostrei na Comissão de Constituição e Justiça, quando mostravam-se satisfeitos pela discussão e pelas melhorias produzidas dentro desse projeto.

(Lê):

“11. A Lei do Paraná, no entanto, destaca estas receitas em Fundo específico, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, cuja gestão operacional poderá ser descentralizada para as Unidades Executivas, mediante Contratos de Gestão das sub-contas do Fundo, correspondentes a cada bacia hidrográfica;

12. Trata-se, portanto, de um sistema efetivamente descentralizado, sendo que o Projeto determina que pelo menos 80% dos recursos sejam aplicados na própria bacia hidrográfica onde foram arrecadados;

13. O Estado, naturalmente, deverá continuar investindo nos recursos hídricos, sendo lícito que negocie créditos para o Sistema. Neste caso, aplicará os recursos também de modo descentralizado, depositando-os no Fundo de Recursos Hídricos, onde serão gerenciados pelas Unidades Descentralizadas;

14. No caso do Estado contrair dívidas em favor do Fundo de Recursos Hídricos, este deverá arcar com o serviço específico somente das dívidas que foram efetuadas em seu favor, para investimentos destinados aos Planos de Bacia;

15. Sem dúvidas, o ponto mais polêmico do projeto é a questão da Cobrança pelo Uso da Água, em particular sobre o setor agropecuário. Para dirimir qualquer dúvida a respeito, o Estado efetuou estudos conjuntos da SUDERHSA e EMATER, acompanhados pela FAEP e OCEPAR, que tiveram como resultado:

- Um período de carência de 04 anos, passível de renovação, para incidência da cobrança no setor agropecuário; e,

- O estabelecimento de uma faixa de isenção para usos menores do que 5.000 metros cúbicos anuais (isto é: 5 milhões de litros por ano), o que implica na isenção de todo o segmento da agricultura familiar, que cobre cerca de 98% dos produtores rurais do Estado do Paraná”.

Este foi o ponto polêmico da matéria.

Mostramos com números o quanto melhoramos o projeto. “Dos 370 mil proprietários do Estado, somente 7850 utilizam irrigação, sendo 7400 pequenos e médios proprietários. Estima-se que a cobrança insida sobre algo em torno de 472 irrigantes”.

Levantados esses dados, é bom destacar que esta matéria foi bastante discutida nesta Casa. O Deputado Neivo Beraldin fala que o governo vai cobrar a água. Há uma taxação que será feita pelos comitês de bacias. Na verdade, a Bacia do Iguazu tem tudo para ser uma das

bacias mais importantes, em função das indústrias em Araucária, na Cidade Industrial. Portanto, vai ser uma das que mais vai arrecadar. 80% do que será arrecadado nesta bacia, fica nesta bacia.”

Portanto, queremos crer que, em que pese a preocupação, e entendemos a preocupação dos Senhores Parlamentares, afinal de contas é uma matéria que se inova a nível estadual, mas queria fazer o registro do que pensam os técnicos europeus em relação à nossa matéria: A participação da sociedade na discussão e busca de soluções aos problemas ambientais é um dos destaques do sistema de Recursos Hídricos do Paraná e a afirmação foi feita pelo consultor em gestão de rios para a Comunidade Econômica Européia, Francisco Nunes Correia de Portugal. Diz ele que: “percebo com alegria que o autor do projeto da lei paranaense delega à comunidade a decisão sobre gestão de rios, uma tendência buscada em todo o mundo. Segundo o consultor da Comunidade Européia o gerenciamento de recursos hídricos está sendo discutido na maioria dos países desenvolvidos. Alguns como a França, Reino Unido, que já gerenciam seus rios há quase 30 anos, estudam a modernização dos sistemas, chamando a sociedade para participar do debate.”

E outras opiniões aqui colocadas que merecem ser destacadas, porque o Paraná está melhorando a sua lei, até pelo fato de ter sido um dos últimos Estados a fazer e implementar a sua lei. Pudemos tirar dos outros Estados, algumas situações complicadoras, inovando na nossa lei estadual aqui, que regulamenta a lei federal. Claro que a lei não está finda. Não será aprovando hoje em 2ª discussão do meu Substitutivo Geral da nossa CCJ que finda a lei. Após aprovada a lei, sancionada pelo governador, esta Casa, que tem dois parlamentares ou até mais parlamentares do Conselho, poderá, a qualquer momento, através de emenda dos parlamentares, ou da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia ou da Comissão de Terras, a quem de direito, até emendar, alterando alguma situação que não ficou bem definida dentro do projeto, mas quero crer, Senhores Deputados que a participação de todos aqui foi fundamental, para, se não chegássemos a uma lei 100%, tenho certeza que 95, 98% a nossa lei está adequada ao uso e consumo da água no nosso Estado.

Chamo ainda a atenção dos senhores parlamentares. O problema da água é um problema sério e se os senhores tiverem oportunidade de ler as revistas deste final de semana, de ler os jornais nacionais, poderão constatar que quase todos estão enfocando o grande desafio deste planeta. “O Planeta tem sede”. É a matéria principal da Revista Veja.

São matérias que estão exatamente enfocando este assunto e chamando a nós, Parlamentares, Deputado Neivo Beraldin, volto a repetir: omissão seria a nossa se não viéssemos para discussão, se não viéssemos apresentar uma encaminhamento de matéria, uma possibilidade de melhorar a vida do nosso povo do interior do Estado. Onde, evidentemente, o Projeto ainda diz: “Terão bonificações aqueles que contribuirão pela qualidade do meio

ambiente, aqueles que não poluírem, aqueles que tiverem o cuidado de não poluir, terão bonificações". Então tudo isso foi avaliado no projeto.

Querer discutir o projeto artigo por artigo, Deputado Neivo Beraldin, seria, na verdade, exigir muito. É um projeto que tem mais de 50 artigos que estão devidamente analisados pelo substitutivo e que teve, sem dúvida alguma, a grande colaboração, a participação daqueles que estiveram à disposição, aqueles que ficaram na Plenária - lá no Plenarinho, na Sessão da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Daqueles que vieram para a CCJ discutir, daqueles que foram para o Seminário, daqueles que contribuíram com emendas.

Foi muito importante tudo isso para que chegássemos, hoje, a uma posição excelente de podermos aprovar sem nenhum receio, de que estejamos cometendo qualquer ato lesivo ao nosso agricultor, ao nosso habitante deste Estado do Paraná. O Paraná inova e o Paraná traz uma matéria de fundamental importância neste momento para todos nós, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Queria começar dizendo que este projeto conforme ele veio para a Assembléia Legislativa para votar, já sofreu uma profunda colaboração dos Partidos de Oposição exatamente por fomentar essa discussão no âmbito da sociedade. E desta discordância com o projeto original é que nasceu emendas como estas sustentadas da tribuna pelo Deputado Algaci Tulio. Portanto, na medida do possível o PMDB e os Partidos de Oposição não se furtaram de apresentar, dentro dos limites do que podia, as emendas acatadas no Substitutivo Geral.

Em segundo lugar, temos que desmistificar um pouco, Deputado Algaci Tulio. Daqui a pouco vamos estar querendo assumir para nós, que o Paraná inovou criando uma lei de recursos hídricos. O Paraná não inovou coisa nenhuma. E aí exatamente é que está a defesa do próprio Governo na questão dessa lei. Porque esta é uma lei que cabe aos Estados a sua regulamentação dentro das condições da lei federal. Portanto, não quero aqui estabelecer uma discussão de ser Situação ou Oposição, a responsabilidade dessa lei, porque na verdade não o é. Na verdade o que existe nesta lei, Senhores Parlamentares e é um assunto que ganha corpo na Nação e é importante e é só por isso que venho para este encaminhamento, é a questão do estabelecimento de uma república federativa neste país. Que os Estados tenham competência para legislar na amplitude daquilo que lhe é de domínio!

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tratar água no Sudoeste do Paraná, no Rio Lizo, no Rio Siemes, no Rio Santo Antônio da mesma forma como

trata a utilização da água na Bahia? É uma incoerência total! Tratar pequenos rios, pequenos proprietários, donos de 3, 4 hectares de terras como se isso fosse uma atividade capaz de ser uma atividade financeira lucrativa. Estabelecemos uma lei federal criando dificuldade à pequena propriedade! E mais, noto a própria discussão desta matéria, todo mundo já assimilou a idéia de falar do Fundo de Arrecadação do Recurso, da onde fica o recurso e para onde vai o recurso e aí me pergunto, estamos preocupados com o meio ambiente? Com as nascentes de rios, ou com arrecadação da utilização da água, na pequena, na média propriedade, na agroindustrial, qual é a nossa preocupação?

Vejo dezenas de riachos onde diminui o volume d'água, ano após ano. Vejo inúmeras empresas jogando tubos enormes de água poluída dentro das nascentes dos rios, dos córregos, no andamento, o Rio Iguaçu nasce aqui em Curitiba e chega quase morto na Bacia do Prata pela quantidade de dejetos que recebe durante todo o seu percurso. E não vejo a preocupação com a qualidade da água do rio, com a preservação do rio, não! Vamos discutir quanto se tributa, quem tributa, porque que paga, quando na verdade a própria legislação devulta sobre aqueles que estão a poluir rios é insignificante sobre o grande prejuízo que se traz à natureza.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, venho aqui para dizer em nome, principalmente do meu partido, do PMDB, já que não me cabe o direito de lei outorgar, de falar por todos os partidos de Oposição, mas vamos votar contrários ao projeto de lei.

Demos toda a colaboração que podíamos dar para amenizar o problema. Vejo o Deputado Algaci Tulio colocar inclusive a participação das Oposições, participamos do máximo que podíamos participar, dentro do limite daquilo que nos era facultado, mas continuamos achar que esta lei poderia ser amenizada, poderia ser melhor distribuída, poderia ter a preocupação maior com o meio ambiente e menos com a arrecadação, poderia ter uma visão mais clara das prioridades da utilização da água, poderia ter uma penalidade maior para aqueles que estragam o rio e não para aqueles que utilizam a sua própria água, poderíamos punir aqueles que estão... mas para que não gere polêmica neste instante, não pensem V. Exas. que estamos aqui sem a sintonia da origem da lei de recurso hídrico, estamos aqui a acusar o Governo do Estado, a bancada situacionista da questão, temos a plena convicção de que este erro federativo, que trata todos os Estados iguais, que trata os grandes plantadores, que irrigam propriedades de 10, de 5, 1000, de 2000 hectares da mesma forma como se trata um pequeno agricultor no Sudoeste do Paraná.

E quero deixar uma pergunta, e essa eu a deixo até por não ter sido consultado e não ter o conhecimento, e quero deixar o Deputado Algaci Tulio que responda na sequência, uma preocupação que nos é trazida por um nobre representante de Ponta Grossa, do PT, o Péricles, quanto a reserva que se faça no âmbito dos municípios,

da exploração da água tratada, se o projeto realmente protege os municípios na concessão que fazem da exploração da água para ser utilizada pelas empresas que abastecem a população, porque esta indiscutivelmente pode ser a grande preocupação nesse momento em que confesso, Deputado Péricles, não tenho a resposta para o assunto, mas o Deputado Algaci Tulio que foi o relator substitutivo certamente poderá afiançar a esta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para coerência com nosso posicionamento, o PMDB e seguramente com a maioria ou a totalidade dos Deputados de Oposição votarão contra o Projeto de Recursos Hídricos, na certeza de manter coerência, e se aprovado for e sancionado for, continuaremos apresentando Emendas, supressivas, aditivas, modificativas, para podermos prestigiar a utilização da água na pequena e na média propriedade, a utilização da água, não como instrumento de riqueza, mas como instrumento de conservação do meio ambiente.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, até acatando a sugestão do Deputado Caíto Quintana, que no início desta sessão falava da necessidade de podermos debater melhor os assuntos, estou encaminhando um Requerimento à Mesa para que mesmo nas sessões extraordinárias fosse aberto o Horário das Lideranças, para que pudéssemos, realmente, debater, como agora o Deputado quer fazer um aparte e não pode fazer o aparte, o encaminhamento, inclusive têm muitos Deputados com dúvidas e que gostariam de tirar as suas dúvidas com o Deputado Algaci Tulio, que é o relator desta matéria, e infelizmente não é possível em função do próprio Regimento.

Então, gostaria de solicitar V. Exa., apresentei o requerimento, para colocar à apreciação do plenário para que pudéssemos colocar o Horário das Lideranças, pelo menos, nessas sessões extraordinárias noturnas.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa recebe o requerimento de V. Exa. e consulta o Plenário: aqueles que concordam com o requerimento proposto pelo Deputado Cezar Silvestri, que mesmo em sessões extraordinárias possa se ter o Horário das Lideranças para que sejam concedidos apartes, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Portanto, dentro dessa liberalidade do Regimento Interno e prevalecendo a soberania do plenário, concederemos os apartes que forem necessários, até porque o nosso objetivo aqui, independente de seguir o Regimento, é acertar ou errar o menos possível.

Muito obrigado! Parabéns Deputado!

Com a palavra o Deputado Moisés Leônidas.

#### O SR. MOISÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que hoje a Assembléia também dá um passo muito importante na aprovação de uma Lei que institui

uma política estadual de recursos hídricos e faz o gerenciamento dos recursos hídricos no Paraná.

Durante toda a minha vida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho dedicado uma boa parte do meu trabalho, em especial na vida pública, dedicada também ao Meio Ambiente.

Vivo em uma região, - e aí para justificar até o início desse nosso pronunciamento, - extremamente rica em termos de recursos hídricos. Para se ter apenas uma idéia a Cidade de Londrina, hoje, é abastecida com a captação feita através da SANEPAR com água do Rio Tibagi. Mas, quando vi o Deputado Neivo Beraldin, que quero cumprir pela sua preocupação e também ao Deputado Caíto Quintana, na impossibilidade de fazer qualquer aparte, dizer que, muito mais do que uma discussão aqui, eu também reputo de pouco tempo, embora já os encontros e a própria Comissão de Justiça trabalhou e entrou até fora da questão da legalidade, da constitucionalidade para falar de alguns temas de ordem de mérito dessa questão, acho que é pouca a discussão, acho que deveríamos ter mais; porque a água não é um patrimônio só do Paraná, a água é um bem e, acima de tudo, um patrimônio da humanidade.

Nós que vivemos, Senhor Presidente, no Estado do Paraná, que é um Estado rico em recursos hídricos, temos até o dever de, quando subimos aqui na tribuna para falar, conhecermos até da realidade que temos.

A preocupação não pode ficar pura e simplesmente de que as cooperativas vão se unir e que elas vão instituir, inclusive, a forma de cobrança, que essa cobrança vai permanecer na mão das cooperativas, que 20% vai passar para o Estado. O problema não quer nos parecer ser só este. O problema é a responsabilidade institucional que o estado, enquanto estado e nação tenha a responsabilidade de através de campanhas institucionais, Deputado Edgard Bueno, que conhece e sabe que a sua região também é rica em água, de ensinar a população, que todos nós nesta nave Terra, todos nós somos tripulantes, todos temos a responsabilidade de tocar.

Não acho que o caboclo, aquele caboclo simples, do Interior, aquele que tem a sua propriedade rural, que vai do trabalhador rural, do lavrador até o proprietário, vá aceitar a idéia de ter que pagar pela água que consome, sobre a égide e a custódia de que está se cobrando para que tenha responsabilidade na manutenção e no cuidado que cada um tem, com os recursos hídricos.

Ora, sabemos todos que o caboclo, este ama a terra, que o caboclo, este ama o manancial, que o caboclo sabe até com a sua simplicidade, manter a hora em que se caçar e pescar e a hora que tem que se preservar os animais.

O que não fazem, por exemplo, os órgãos que estão sob a responsabilidade do próprio poder público. Só para que os Srs. tenham uma idéia, o maior poluidor dos mananciais que temos, só na Cidade de Londrina, nada mais é do que a SANEPAR, que cobra a água mais

cara do mundo. Cobra pela água que entra e pela água que sai.

Então, estas verdades devem ser ditas aqui. E, quando há preocupação, como bem disse o Deputado Caíto Quintana, com a questão que até agora só se preocupou com quanto vai se arrecadar e onde vão parar os recursos.

Ora, temos é que educar porque nunca ninguém parou para pensar que esta água deste córrego, é uma água que tem bilhões de anos porque a água é uma só. Ninguém parou para pensar na hora de discutir um projeto como este, que estamos, no Paraná, privatizando a água que é o nosso corpo, porque o nosso corpo é dotado de 70% de água.

Quem é que perguntou se estávamos querendo privatizar o nosso corpo? A mim não foi perguntado. E agora, quando trazemos aqui um projeto deste, de uma responsabilidade como esta, temos que parar e dedicar o nosso respeito em especial, a um Estado como o Estado do Paraná, que está tendo esta preocupação. Porque esta água aqui amanhã pode estar sendo tomada muito além daqui por um ser humano ou de qualquer espécie.

Então, o Deputado Valdir Rossoni tinha até esta preocupação. Discutimos na Comissão de Justiça exaustivamente, mas, acho que o tema para colocarmos numa disposição preliminar, não é só um tema para fazer uma Lei que estabeleça uma política estadual, é um tema que tem que ser discutido todos os dias, é um tema que temos que ensinar nas escolas, é um tema que temos que discutir com o lavrador, com o sitiante, com o produtor e principalmente com a multinacional que polui as nossas águas quando indiscriminadamente coloca agrotóxico e ele vai colocado na terra, mata a terra, a chuva leva para o leito do rio e acabamos tomando esta água.

Mas, quero dizer, que mesmo vendo desta forma, acho que o Estado do Paraná trouxe um avanço que é regulamentar à lei, tenho inclusive até, pela minha formação como advogado, feito algumas críticas com relação ao excesso de legislação que temos no país.

Sabemos que a nossa constituição, hoje, é uma das melhores do mundo, só que para ser aplicada na Dinamarca ou na Suíça. Não adianta só colocar no papel sem que a população tenha conhecimento real, de uma forma institucional do que temos que preservar.

Não adianta a constituição federal dizer que os juros serão de 12% apenas, ao ano, tem que se fazer cumprir. Então, a minha preocupação, e vim até a tribuna por uma questão de consciência porque sou um defensor do meio ambiente, dizer que vou votar favoravelmente ao Projeto porque acho que é um avanço que o Estado do Paraná está tendo.

Porque esta lei pode ser revista a qualquer momento, porque ela pode ser adequada à nossa realidade, mas, devemos deixar aqui consignado, até para as gerações futuras, que tivemos esta preocupação não só de deixar na letra, não só de deixar no prelo, não só de

deixar consignado, mas que teve aqui quem se preocupou se o texto da lei é bom.

Devemos fazê-la melhor, que é levar ao homem simples do campo, ao cidadão, aquele que já tem a própria experiência natural de preservar o meio ambiente, de que aqui no Estado do Paraná também fizemos uma legislação para que a água e os nossos mananciais, que não é um bem só do Paraná, que é um patrimônio da humanidade, que aqui tentamos, pelo menos, fazer uma legislação que seja respeitada.

Então, Sr. Presidente, não poderia deixar passar em branco, que foi exaustivamente trabalhada e discutida esta questão, mas mesmo se aprovada hoje da forma que está acho que devemos revê-la e aqui se faça justiça ao Deputado Waldyr Pugliesi que quis colocar uma emenda e não foi possível e não foi aceita de tentar uma revisão, se não me falha a memória, por dois anos.

Também imaginei, só que para colocar esta legislação ao conhecimento da população e para que ela passe a ter uma certa respeitabilidade com o poder discricionário do estado, teríamos necessidade de pelo menos cinco anos. Mas que não seja hoje só votada e que permaneça ela morta como muitas leis que estão por aí.

Que os mananciais, que as nossas reservas hídricas sejam respeitadas como um patrimônio da humanidade, Sr. Presidente, porque seres humanos somos 70% de água e se não cuidarmos da água que tomamos vamos acabar matando a nós próprios, para não dizer os seres vivos que estão por aí.

### **O Sr. Beraldin**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Olha Deputado, a lei seria boa ou razoavelmente boa se devolvêssemos, através de uma emenda que pretendemos apresentar, que pelo que parece não seria aceita, que os recursos captados numa determinada bacia, volte para a mesma bacia, porque, por exemplo, aqui da região metropolitana, como é que vou explicar para o Município de Piraquara, de São José dos Pinhais, de Campina Grande do Sul, de Quatro Barras, que aplicamos uma receita e eles não terão nenhuma contrapartida garantida em lei?

Se vamos retirar esses recursos hídricos desses municípios metropolitanos, por exemplo, que temos aqui dois milhões e meio de habitantes e temos que preservar o Rio Iguaçu, que temos que aplicar os recursos arrecadados para preservar água para a geração do futuro?

Como é que a lei é boa se ela não determina a compensação? Como é que a lei é boa, como diz o Deputado Algaci Túlio, que poderá até 80% ser aplicado no comitê? Poderá, mas não deverá. É o que está na lei.

Então, a lei não é boa. A lei é o seguinte e olha bem, quero deixar claro que a discussão não é em cima do Governo atual, porque o Governo atual sequer vai receber esses recursos.

Poderá não receber esses recursos, porque a lei vai começar a entrar em vigor daqui a dois anos. Então, é uma questão com a preocupação para manter os nossos mananciais que estão aqui milhares de famílias invadindo os nossos mananciais e ninguém está fazendo nada para recuperar os mananciais, ninguém.

Então, é uma preocupação que quero deixar muito claro a V. Exa. e aos Srs. Deputados que poderíamos votar esta emenda que estou oferecendo à Casa que os recursos arrecadados em cada bacia voltará em uma conta própria para cada bacia ou que não volte 100%, que volte 50%, mas que volte para que os municípios que tenham problema possam resolver porque eles estão mais próximos do problema.

Ora, se o Município de Piraquara tiver um recurso oriundo desta lei ele poderá comprar uma terra e relocar aquelas famílias que estão lá nos mananciais para que tenham uma melhor qualidade de vida e imediatamente fazer um projeto, aí sim para reordenar a questão de ocupação de uso do solo na área de manancial.

Então, Deputado Leônidas, era este o meu aparte. Muito obrigado.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço, Deputado, e posso dizer a V. Exa. que a preocupação é esta e acho também, pessoalmente, tirando a questão regimental, de que esta matéria deveria ser debatida mesmo. Cada um que tivesse a possibilidade de contribuir que fosse contribuído.

Agora, acho que V. Exa. poderá também, caso não seja aceita a sua proposta, que até concordo, dispor dessa possibilidade de poder fazer a alteração assim que sancionar, que a lei pode sofrer alteração.

Agora, o que nós aqui precisamos saber é que a grande preocupação do terceiro milênio é com a água potável, e nós do Brasil, em especial aqui do Paraná, nós temos uma quantidade, percentual de recursos hídricos que faz inveja a qualquer Nação do Mundo, e que não vejo também, como Vossa Excelência também já levantou essa questão, que o cidadão que está lá cuidando da água, e também usando, porque vem de fora o perigo, que ele vá aceitar pagar, não pensem Vossas Excelências que se o Governo quiser cobrar ele vai ter facilidade para cobrar, é lógico que não. O lavrador, aquele que cuida da propriedade dele, que está acostumado a captar a água dele ele vai chiar na hora de pagar, e é o termo popular. Ele não vai pagar da forma que o Governo está achando, que vai, simplesmente porque fez a lei vai pagar. Chega dessa carga tributária que o País já tem. Agora, nós não podemos deixar de reconhecer que é um avanço, e aí se fazendo com justiça, independente do Governo que esteja aí, ou qual que vai estar, de que o Estado do Paraná está avançando com uma legislação que vai respeitar a questão nossa de uma política própria do Estado do Paraná, do recurso hídrico, e vai dizer que está atendendo a Constituição de 88, que após a sua promulgação exigiu que cada Estado tivesse uma política Estadual porque é

esta conjuntura do Estado a nível de Federação, e de Nação para Nação, que nós vamos ter preservado o planeta terra.

Então, Senhor Presidente, queria dizer que se fosse ao pé da letra acho que deveríamos discutir e discutir bastante, não pude inserir uma emenda de minha autoria que foi rejeitada, que contemplava por exemplo as empresas que fazem a captação da água do solo, que tratam, que fazem o tratamento dessa água e volta para o manancial com a água tratada, como acontece em Londrina com a Companhia Cacique de Café Solúvel, que não é uma empresa qualquer, é a maior empresa de café solúvel do mundo, e foi rejeitada por parecer de técnicos do Governo que achou que não deveria ser procedido assim. Vou voltar à carga, porque nós temos privilegiar também aquele que gasta e que acaba colocando dinheiro para manter o meio ambiente.

Mas quero deixar, para terminar, que o Paraná avança nesta questão, embora não a contento, e que nós todos, todos nós cidadãos nesse Planeta Terra, nós somos todos tripulantes e temos que cuidar porque depende do nosso cuidado a preservação da nossa própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar Deputado Valdir Rossoni, e oxalá Vossa Excelência esclareça suficientemente a todos os Deputados para que diminuamos a polêmica.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria que o sistema de som se possível nos desse um pouco mais para que não tivéssemos que gritar aqui no microfone, que se torna muito difícil e muito cansativo.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhor Presidente, quero procurar aqui no meu encaminhamento, pelo menos fazer um apanhado do que ouvi dos Parlamentares, e procurar ser aqui didático no sentido de esclarecer algumas dúvidas. Não tenho esta pretensão, não tenho nem as condições que têm os técnicos aqui da Secretaria de Planejamento para esclarecer determinadas dúvidas, mas para quem participou desde o início da discussão desse projeto, quero dizer aos Srs. Parlamentares de que também tenho origem no interior, que na minha região também tem apecuaristas, que na minha região também tem pequenos agricultores e que na minha região também tem pequenas e grandes indústrias. A preocupação de Vossas Excelências é a minha preocupação, ou era a minha preocupação, hoje não tenho mais essa preocupação porque esse Projeto foi discutido à exaustão. Outra questão muito importante, nós quando pedimos ao Presidente Anibal Khury, que retardasse a votação deste projeto, não foi nada mais, nada menos, do que dar oportunidade para a sociedade discutir essa questão.

Prova disso, Srs. Deputados, temos uma Ata assinada pela FAEP e pela OCEPAR concordando com esse projeto. E que, depois, ainda, recebeu emendas do Depu-

tado José Maria aperfeiçoando ainda mais esse projeto. Temos a manifestação da EMATER, da SUDERJ e temos também uma manifestação da FIEP. Ora, Senhores, essas entidades estudaram esse projeto. Discutiram esse projeto em simpósio. Elas fizeram manifestações de elogio pela forma como foi conduzido esse projeto.

Quero entrar numa só questão, que muitos parlamentares estão se atendo. Quero procurar, aqui, sei que não é fácil, mas vi alguns Parlamentares e gostaria da atenção deles. Alguns parlamentares estão se apegando a artigos e não têm o conhecimento pleno ou total do projeto. Vou ater apenas a um artigo, para esclarecer ao Deputado Geraldo Cartário e aos demais Deputados e é muito importante esse esclarecimento, o inciso 1º do Artigo 53 levantado por um parlamentar. Gostaria que os Deputados pegassem o projeto. O Artigo 53, diz o seguinte, que é a grande polêmica desse projeto e é importante que os Deputados se atenham a esta questão, porque vejo que a preocupação de quase todos os Deputados vou ler o inciso que está gerando esta polêmica: "As captações destinadas à produção agropecuária, cujo volume anual seja inferior a cinco mil m<sup>3</sup>, estarão isentas de cobrança, pelo direito do uso da água, mantida a obrigatoriedade a obtenção de outorga". O inciso 2º, volta-se ao Artigo 1º também, dizendo o seguinte: "A isenção estabelecida no parágrafo anterior não prejudicará a possibilidade de que tais usuários tenham usos definidos como insignificantes". O que quer dizer o inciso 2º, de que o uso insignificante da água depende da micro bacia. Se eu estiver situado numa micro bacia banhada pelo Rio Iguaçu ou pelo Rio Tibagi ou por qualquer rio de volume grande de água, esse consumo, Sr. Presidente, poderá ser insignificante, poderá ser mais que cinco mil m<sup>3</sup> e poderá ser isento.

Isso que é importante que os Parlamentares se atenham. O mais importante ainda é o seguinte: o uso insignificante da água não será determinado pelo governo, o uso insignificante da água será determinado por um comitê da micro bacia. É importante, ninguém mais conhece a realidade da micro bacia onde ele reside, do que o morador da micro bacia. E, provavelmente terá menos injustiça, se for decidido e definido a questão da insignificância do consumo da água, Sr. Presidente, pelos usuários daquelas micro bacias. Agora, é claro, se eu morar ao lado de um pequeno riacho e tiver um consumo excessivo de água, que prejudica o meu vizinho abaixo, é claro que ele será julgado pelo comitê formado, da micro bacia, como consumo significativo e aí ele terá que pagar pelo consumo da água!

Isto, se alguém aqui, algum Parlamentar, estiver com a intenção de proteger o pequeno agricultor, de proteger o pequeno proprietário, de proteger o agropecuarista, certamente vai votar favorável a esta Lei. Porque nada melhor do que a decisão ser tomada pelo usuário daquela micro bacia.

Gostaria que Vossa Excelência me deixassem concluir o meu raciocínio, aí darei os apartes. Sei que é

pertinente mas Vossa Excelência me tira o meu raciocínio, que ele já é difícil de ser conclusivo e todo mundo pede aparte. darei os apartes, se o Presidente permitir, logo que eu concluir o meu pensamento. Tenho aqui, às vezes de dar uma olhadinha para trás, porque a conversa está muito alta e tenho que estar aqui concentrado.

Outra questão que é importante, e o Deputado Caíto Quintana, conhece muito mais do que eu porque ele é um brilhante jurista, é a questão da isonomia. A lei federal não isenta ninguém! Então não pode ter uma lei para um e outra lei para outro! E a lei federal é clara, nesta questão, o princípio da isonomia tem que ser respeitado! Não é o Governo que está mandando esta mensagem que está dizendo que tem que ser respeitado, é a lei!

Outra questão, passo a responder ao Deputado Beraldin, e é importante o seu levantamento, a questão que Vossa Excelência falou. Quanto à questão de onde serão depositados os recursos das cobranças. Os recursos da cobrança serão depositados num fundo estadual de recursos hídricos, gerenciado por subcontas para cada micro bacia. Mas aí ouvi um Deputado se apegando a um artigo que diz que este fundo poderá ser usado para pagamento de dívidas, se por uma eventualidade...

#### **O Sr. Beraldin**

Está na lei.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Mas estou falando que está na lei e por isso estou argumentando. Poderá ser usado para o pagamento de dívidas, mas dívidas contraídas para um programa de recuperação de microbacias.

#### **O Sr. Beraldin**

Não é o que está na lei.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

É o que está na lei, sim senhor! Sr. Presidente, gostaria que o Sr. me assegurasse o direito de palavra porque não fiz isso com o Deputado Beraldin. Se é algo que respeito é a palavra do parlamentar, porque nós estamos aqui, numa Casa, onde cada um tem o direito de exercer a sua expressão.

Queria dizer aos Deputados o seguinte: quando li esta Mensagem do Governo que fixava os 5.000 metros cúbicos, me preocupei, sei e tenho esta preocupação e tinha esta preocupação. Mas nós tínhamos que estabelecer o limite para dar autoridade a microbacia. Aí alguém pode argumentar: Ah, mas se o comitê das microbacias for desfavorável a um proprietário? Ora, aí a democracia que funciona, quem ficar dormindo em casa, não se articular para defender o seu interesse, dentro da micro bacia, certamente será engolido, ou certamente terá, dentro dos membros deste comitê pessoas contrárias a sua posição. Uma questão que é fundamental, mas acho que essa lei vem de encontro aos interesses dos pequenos agricultores e dos pequenos agropecuaristas. Ora! O



pequeno agricultor ou agropecuarista que mora ao lado de uma grande indústria de papel. Esta indústria de papel consome e polui o meio ambiente, que milhares de pequenos agricultores juntos não o fazem. E aí pergunto para os senhores. Tem que cobrar ou não? Tem que cobrar, porque aquele cidadão que usa apenas uma mangueira de água que sai do pequeno riacho, para dar água à galinha, ao porco, enfim, à sua pequena propriedade ou irrigar a sua horta, certamente tem que ser protegido daquele grande que está poluindo e não contribuindo em nada com a microbacia.

Naturalmente suscitei aqui dúvidas. E não tenho a pretensão de esclarecer aqui todas as dúvidas, mas vou dar o aparte, inicialmente ao Deputado Augustinho Zucchi, depois ao Deputado Caíto Quintana, depois ao Cartário, Beraldin, depois espero que vocês votem favorável a essa lei, porque sem sombra de dúvida, estaremos dando essa contribuição enorme para o futuro do Paraná.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi**

Vossa Excelência defende com brilhantismo o projeto, mas aqui, artigo 22, § 7º: “O Fundo Estadual de Recursos Hídricos, transferirá ao Tesouro Estadual recursos para pagamento de serviço e amortização de dívidas resultantes de operações de crédito e de financiamento contraídos pelo Estado e a ele destinadas na forma e nas condições a serem regulamentadas, em cada caso por Decreto do Poder Executivo”.

Não garanto em absoluto, que seja para investimento em projetos de recuperação ambiental ou seja de melhoramento das condições e de uso nacional da água.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Passo a responder: Vossa Excelência pega este item e os técnicos me socorreram e tenho uma importante contribuição para Vossa Excelência. Artigo 22, § 7º: “O Fundo Estadual de Recursos Hídricos, transferirá ao Tesouro Estadual, recursos para pagamento de serviços e amortização de dívidas, resultante de operações de créditos e financiamento contraídas pelo Estado e destinadas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos. As dívidas contraídas pelo Fundo e que naturalmente este Fundo poderá aplicar apenas na recuperação de microbacias. Está aqui na lei.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Estamos criando uma confusão enorme, para quem não acompanhou de perto as emendas que foram apresentadas na C.C.J., não tem cópia do Substitutivo do Deputado Algaci Tulio. O Deputado pega o projeto, olha e fala: isto está errado! Mas já foram feitas correções, esta é uma, por exemplo, que o Deputado Augustinho Zucchi questiona, que já apresentei, que é emenda nossa. O Deputado Beraldin questionou da tribuna uma emenda que havíamos apresentado. Corrigindo essas possíveis e eventuais falhas. O que nos falta

aqui no Plenário, é cópia do Substitutivo do Deputado Algaci Tulio.

#### **O SR. BERARDIN (Pela Ordem)**

Diante do ocorrido, acho que é mais de uma justificativa evidente que temos que adiar a discussão. Não podemos estar aqui discutindo algo que sequer temos o substitutivo na mão. Não podemos discutir e nem votar uma coisa que não temos em mãos.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Desculpe, mas não posso concordar, dizer que não tem em mãos.

#### **O SR. BERARDIN (Pela Ordem)**

Estou com a pauta aqui.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Vossa Excelência pode não ter aqui em mãos, mas foi distribuído agora à tarde.

Com o aparte, o Deputado Caíto Quintana.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Inicialmente, quero deixar bem claro que Vossas Excelências estão de posse do substitutivo, por favor.

Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni, tem a palavra.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Com o aparte o Deputado Caíto Quintana.

#### **O Sr. Caíto Quintana**

Quero que Vossa Excelência interprete que a nossa posição não é a favor ou contrária, porque esta questão dos recursos hídricos diz respeito a todos nós. O que queremos é entender, aperfeiçoar e melhorar o projeto. Acho que esta é a mesma posição do Governo, até volto a dizer uma coisa, este é um projeto de lei federal, adaptado aos Estados.

Tenho uma preocupação em cima de uma colocação que Vossa Excelência mesmo fez na tribuna. A questão de definição do que é uso insignificante. Eu conversava há pouco com o Deputado Augustinho Zucchi, e ele defendia o artigo do projeto, dizendo que em determinado momento 5 mil metros cúbicos de água por ano, não significa exclusivamente que isso seja insignificante. Poderá uma vazão maior num rio maior representar menos. É aí que me pergunto da dificuldade de amarrar um projeto com justiça. Essa isonomia que Vossa Excelência falou é a maior dificuldade, porque veja bem: um pequeno agricultor que esteja à margem de rio de dimensões estreitas, se ele tiver três galinheiros ele gasta 3 mil metros cúbicos de água/ano. Em contrapartida, um agricultor que esteja ao lado de um rio maior, tem 10 galinheiros e poderá ser interpretado como uso insignificante. A lei, Vossa Excelência poderá me dizer, mas é o princípio legal. É, só que a distorção também se faz

exatamente por esses espaços abertos na lei, de poder se entender o que significa o uso insignificante.

Deputado Valdir, é apenas uma colaboração que estou dando à discussão. Um açude pequeno, que entra água numa ponta e sai na outra, num córrego pequeno, vai entrar mais de 5 mil metros cúbicos de água, mas sai do outro lado, ali na frente está saindo do pequeno açude a mesma quantidade que entrou. Mas ele está consumindo 5 mil metros cúbicos. Ao passo que uma área irrigada à margem do rio Iguaçu, por exemplo, poderá utilizar para a irrigação e pode ser considerada como insignificante devido ao volume de água.

A minha preocupação, Deputado Valdir, para encerrar, não é ser a favor ou ser contra. É apenas procurar ver que este projeto no Paraná, venhamos utilizar a capacidade concorrente que temos de legislar, para fazer o melhor projeto, porque senão o seu próprio Governo é que vai pagar o preço político pela aplicação de uma lei, possa, daqui a pouco, não ser bem aceita pela pequena propriedade.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Vou fazer também um raciocínio lógico em cima do encaminhamento do Deputado Caíto Quintana.

Quando Vossa Excelência diz que se colocar três aviários ele pode ter em determinado lugar um consumo insignificante e outro não. Mas, isso que é importante.

Por quê? Por que é importante? Você vai começar a ter uma regulamentação aonde deve se estabelecer o grande consumo, isto que é importante. Qual é a melhor forma para não se cometer injustiça na questão da regulamentação da água? Deixar que o próprio usuário decida. Quando volto a carga da questão do local. Jamais o cidadão, ele tem apenas - o grande principalmente - ele tem apenas uma opção para instalar uma indústria. Ele tem várias opções e ele levará em conta a sua decisão de colocar a sua indústria, onde terá um grande consumo de água. Vai começar através dos membros da microbacia e estabelecer normas. Porque concordo com Vossa Excelência, quando diz para não sermos injustos. Para não sermos injustos vamos dar o poder aos moradores da microbacia.

Os Deputados sabem, se eu tiver este copo de água cheio aqui na mão, e estivermos em cinco Deputados com sede, certamente o nosso consumo não será insignificante. Agora, se tiver aqui uma garrafa de água e estiver só o Deputado Rossoni, o meu consumo de água já pode ser insignificante, pelo volume de água que tenho. Certamente, se eu estiver com sede, vou procurar água aonde tem. Aí vai acontecer a mesma coisa com o proprietário. Se ele quiser construir um aviário que terá consumo menor que 5 mil metros cúbicos, ele vai se estabelecer em qualquer local. Agora, se ele tiver a preocupação da microbacia, das decisões dos Comitês, certamente ele vai procurar o lugar mais adequado para colocar os seus aviários.

Então, a questão é complexa, mas a lei é apaixonante, é importante. Se você for discutir nos seus mínimos detalhes, temos certeza que nós, com essa lei, estamos fazendo justiça.

Com o aparte o Deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. Geraldo Cartário

Realmente, em 1990, quando aqui cheguei como Deputado, acabei dando um voto a uma lei, que é a lei do Deputado Beraldin, que me arrependo até hoje, por essa razão que eu queria aqui votar dessa forma, visto que lá atrás, pouco foi discutido dessa lei do Beraldin.

É uma lei que beneficiou, sem dúvida, muitos municípios, mas que faltou a essa lei, do então Deputado e hoje, Deputado, meu companheiro e amigo Beraldin, precisamente o destino do recurso, que seria o Fundo Especial dos Mananciais.

Hoje, os municípios recebem esse recurso, compram carro, os Vereadores ganham mais, se fortalece a Câmara, se faz um monte de “chuncho” nesse aspecto do aumento da arrecadação e não se aplica onde deveria aplicar, através de projetos ambientais.

Tenho falado constantemente com o Deputado Neivo, para que ele coloque a sua lei aqui, para uma discussão mais ampla, para podermos reparar o erro.

Hoje, nesta lei, o que me preocupa por exemplo é este artigo aqui. No artigo 53, § 1º, as captações destinadas a produção agropecuária. Aqui, pergunto a Vossa Excelência. Quando se fala “as captações destinadas a produção agropecuária”, por que não colocarmos também a agricultura, a suinocultura e os próprios moinhos não contemplados aqui.

Sei que cada município vai ter um Conselho, mas esse Conselho é composto por gente que vai analisar o seguinte: que aquele sujeito que está criando porco, é o mal desnecessário, ou seja, prefere que não seja criado porco ali porque está incomodando alguém. Então, vamos taxar a água da suinocultura ali, porque cada Conselho é local, é um problema que envolve vereadores e prefeitos. Acho que a lei tinha que ser clara e transparente. Se vamos contemplar o agropecuarista, vamos contemplar outros setores.

Em Mandirituba, todo mundo vive e todo mundo sabe que os nossos produtores trabalham na avicultura. Por isso é que faço um apelo. Sou favorável ao projeto, nunca me coloquei contra, mas faço um apelo para que esse § 1º, nem que tenhamos que discutir e votar, mas que seja um pouco modificado, inclusive a importância de 5 mil metros cúbicos e eu que não entendo muito, acho pouco, mas até concordaria, mas que fossem contemplados outros setores. Lembrei da avicultura, da suinocultura, de moinhos, e outros companheiros que são do ramo, poderiam ampliar esse artigo.

Obrigado pelo aparte.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

**O Sr. Cezar Silvestri**

Tenho sentido que o artigo está se tornando polêmico. É o Artigo 53 dessa lei, e gostaria de fazer alguns questionamentos a Vossa Excelência. Quando Vossa Excelência se refere e diz que o pequeno produtor rural pode ficar tranquilo porque o seu consumo não ultrapassaria 5 mil metros cúbicos ou no caso de ultrapassar, a Comissão de Solos ou um Comitê Municipal que faria uma avaliação se o uso seria insignificante ou não, da bacia.

Algumas preocupações tenho com relação a essa questão. Como seria feita essa avaliação? Na minha opinião poderíamos fixar e sei que não podemos apresentar emendas mas podemos corrigir em muito esse projeto e melhorá-lo. Por exemplo, no momento que a vazão se tornasse 50% da vazão histórica, a partir dali sim, seria cobrado. Seria uma sugestão, porque ficaria difícil, quem vai pedir, quem vai dizer que realmente está sendo insignificante? Essa avaliação é um incentivo para que o produtor não use novas tecnologias, quando o mundo inteiro está caminhando em sentido contrário.

Propagamos que alguns países, com tecnologia avançada, como no caso de Israel, por exemplo, onde o pequeno produtor vive com dez hectares de terra totalmente irrigados e vamos estimular o pequeno produtor a partir para essa técnica. Para se ter uma idéia do que são cinco mil metros cúbicos, uma família consome em torno de mil litros de água por dia, só tomando banho no uso diário. Isso é o consumo de trinta metros cúbicos por mês. Vezes doze, dariam 360 metros cúbicos. Cinco mil metros cúbicos seriam o consumo de dez famílias. Na agricultura, cinco mil metros cúbicos seria o uso da irrigação de um hectare por dia. A partir dali ele estaria pagando, estaríamos desestimulando o pequeno produtor a aumentar a sua produtividade.

Então só nisso já justifica tirarmos esse artigo, e no caso da cobrança, concordo plenamente com V. Exa., tem que cobrar a indústria, tem que cobrar de quem usa para fins energéticos, o próprio consumo que a SANEPAR utiliza a água e revende ao consumidor, poderia ser cobrado da SANEPAR. Concordo com isso e na agropecuária é injusto e vai trazer prejuízo principalmente ao pequeno agricultor que quer usar de novas tecnologias e tem uma preocupação de ordem legal. Vossa Excelência falava, no início do seu pronunciamento, por uma questão de isonomia, Deputado Rossoni, que a lei federal não prevê a isenção para a atividade agropecuária. E no caso, a própria lei, o art. 53 está prevendo a isonomia abaixo de 5 mil metros cúbicos.

Então esse argumento que V. Exa. está utilizando, também sou obrigado a discordar. Não sei se V. Exa. prestou atenção nesse último argumento. A questão da isonomia que V. Exa. fala - que a Lei Federal não prevê a isenção de cobrança da água na atividade agropecuária. Mas já estamos, nesta lei, prevendo a isenção. Exatamente quando dizemos que quem consome menos de 5

mil metros cúbicos está isento. Então já estamos ferindo, aí, o princípio da isonomia.

Realmente estou preocupado. Acho que este artigo realmente tem sido a grande polêmica que está levando a todos os Deputados alguns, inclusive, que são favoráveis - como é meu caso, - estão repensando seu voto. Vários, aqui, estão falando inclusive em votar contra esse Projeto por causa desse artigo que acho que podemos corrigir.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor Presidente, o grande problema e a grande dificuldade nossa é de que em todas as discussões, não queria entrar em detalhes mas está se tornando difícil, mas para que V. Exas. tenham uma idéia. Cinco mil metros cúbicos são utilizados por proprietários maiores de mil hectares com mais de 500 cabeças de gado. Esses são levantamentos estatísticos. Com aparte o Deputado Beraldin.

**O Sr. Beraldin**

Deputado Valdir Rossoni, gostaria que o que V. Exa. está falando, estivesse em lei. Por exemplo: se tivéssemos garantido na lei a devolução para a bacia arrecadadora os recursos e que o comitê da bacia fosse composto, por exemplo, por Prefeitos, por Deputados garantido na lei. Mas não é isso que acontece.

Então, Deputado Valdir Rossoni, gostaria que as coisas fossem como deveriam ser. Se estamos arrecadando recursos dos recursos na cobrança do uso da água, que esse dinheiro seja devolvido exatamente para aquela região que gerou esses recursos. Não é prioritariamente como está na lei. Obrigatoriamente! É preciso entender que o que está na lei é prioritariamente, é tudo evasivo. Essas são nossas inquietações. Alguns, aqui, discutem a questão de quem será isento, de quem não será isento. Esse é um tema também. Me detive mais, nesta noite, na questão dos recursos. Por quê? Porque eu sou Deputado de Curitiba e da Região Metropolitana que onde vai se auferir a maior receita dessa lei. A grande receita da lei dos recursos hídricos será aqui de Curitiba e Região Metropolitana. Até porque temos, aqui, 1/3 da população do Estado. E me preocupo com a reaplicação dos recursos. Não estou certo disso, não estou convencido que devo votar esta lei, porque serei cobrado amanhã, e se por acaso esta lei for aprovada aqui, desde logo me disponho a apresentar uma outra lei, modificando-a no próximo ano, porque entendo que a nossa região metropolitana não terá assegurado o retorno dos recursos arrecadados, então são muitas as inquietações.

E eu apenas para encerrar apelo a V. Exa., para que na condição de Líder do Governo, transfira essa votação, encaminhe a seus liderados a simples idéia de discutirmos isso daqui a duas ou três sessões, ou uma sessão pelo menos, subscrevi um requerimento, pelo menos uma sessão para que os Deputados que têm essas inquietações possam redimir suas dúvidas, afinal estão votando uma

lei muito importante e que repito, não é uma lei que vai ser importante no Governo Jaime Lerner, ela pode ser importante nos próximos governos e nas próximas gerações.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Tenho convicção de que a lei que estamos aprovando, de forma nenhuma atinge pequeno agropecuarista, pequenos agricultores, porque senão jamais a OCEPAR, as entidades que se manifestaram favoráveis e que discutiram com exaustão este projeto teria se manifestado. Tenho aqui a cópia da Ata onde eles se manifestaram favoráveis.

Vejam, estou fazendo a defesa de uma lei, não uma lei que está sendo encaminhada pelo Governador Jaime Lerner, é uma lei que é de interesse do povo do Paraná. Vimos no Fantástico, se não me falha a memória, o que está acontecendo em regiões do Brasil, aonde está se tornando deserto, e o que aconteceu lá? O mau uso do solo, da água. Quando alguém se preocupa, e é lógico, se vai ser colocado quantos aviários ao lado de um pequeno riacho? Claro que tem que haver essa preocupação, mas também tem que haver a preocupação maior com o meio ambiente, porque se a quantidade de água que lá existe for insuficiente para o uso para aquele aviário, não pode ser instalado lá aquele aviário, isto é lógico.

Outra questão, até ser regulamentado formados comitês, certamente isto não terá nenhum recurso, pelo menos por 2 anos, até que se organize esses comitês.

Mas, mediante os insistentes questionamentos, mediante os pedidos de vários deputados, gostaria que V. Exa. fizesse uma exceção porque certamente, para quem discutiu esse projeto, para quem estudou com profundidade este projeto, certamente está convencido, mas a grande preocupação é este volume.

Gostaria, Senhor Presidente, se V. Exa. quebrasse o regimento, se é a palavra correta falar nesse momento, para que suspendêssemos a sessão por alguns minutos, por 10 minutos, faríamos uma reunião com os líderes e acharíamos, e não é para o Governo Jaime Lerner, esta lei é para os futuros governos, então, hoje sou Líder deste Governo, amanhã poderei ser Líder do outro Governo ou Oposição a outro Governo. Então temos que achar o que é melhor para o Paraná. Agora, temos, o político tem um grande defeito, ele às vezes fica muito preocupado com a isenção, com a não cobrança, e às vezes esquecemos que o futuro é mais importante do que uma pequena cobrança. Isso é importante ser aqui ressaltado. E jamais alguém aqui desta Casa poderá dizer que não teve oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento desse projeto.

Ninguém poderá alegar de que não teve oportunidade de contribuir para este projeto, é claro que muitos quiseram contribuir e não foram acatados, agora não quer dizer que a sua opinião tenha que prevalecer a maioria.

Então, Sr. Presidente, faço uma sugestão a V. Exa. para que façamos uma reunião de líderes e achemos uma saída para esta questão que complicou a aprovação deste projeto, e acho que não temos mais nem regimentalmente como adiar a votação deste projeto, porque ele já está em processo de votação.

Então, era isso, Sr. Presidente, dou aparte ao Deputado Traiano, se V. Exa. assim autorizar e depois ao ilustre Deputado Vanhoni.

#### O Sr. Ademar Traiano

Sr. Presidente, na verdade, não vou fazer aparte, era apenas uma questão de ordem, mas declino em função da proposição do Líder que era exatamente isso que iria propor à Mesa, um tempo de dez minutos para que os Deputados interessados no assunto pudessem discutir com o Líder essa questão. Apenas isso.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Valdir Rossoni, acho que infelizmente os técnicos passaram números para o Sr. que não condizem com a realidade: uma caixa de água que tem na casa do meu avô, que construiu a casa em 1950, lá em Paranaguá.

Uma caixa de água de mil litros tem um metro cúbico. O Sr. veja bem, o Sr. empilhe dez caixas de água aqui, veja quanto de água caberia aqui numa altura de um metro e meio, na Assembléia Legislativa.

Isso é um pequeno açude para quem tem dois alqueires de terra em qualquer lugar deste Estado do Paraná, não é para quem tem 500 alqueires e não é para quem tem 500 cabeças de gado. Infelizmente, os técnicos usaram não sei que parâmetro para dizer para V. Exa., instruir o Deputado Algaci Tulio, que cinco mil metros cúbicos são para quem é rico no campo utilizar.

Não é Sr. Presidente. Não é nem para a pequena nem para a micro propriedade, cinco metros cúbicos, cinco mil metros cúbicos sustentam uma propriedade agrícola, e olhe, V. Exa. sabe bem disso. Não sou do campo, não entendo muito bem. Mas, é fácil fazer um raciocínio do que é cinco mil metros cúbicos de água.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa., se possível colocasse a minha proposição a apreciação do Plenário para que nós achássemos uma forma legal para, acredito, suprimirmos o inciso 1º, e aí acredito que boa parte da resistência da aprovação desse projeto resolveremos.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela ordem)

Olha aqui, Deputado Vanhoni, a SANEPAR instituiu, Deputado Rossoni, chamado saneamento rural. Se consultar os técnicos da SANEPAR, vamos ver que é o programa, e V. Exa. foi Presidente da SANEPAR, que teve a maior aceitação.

Ninguém cria ave com água de riacho, fazenda sim. Fazenda os bois vão lá tomar a água num riacho que passa por ali.

Um metro cúbico de água, mil litros. Vou pegar um aviário de cem metros, da nossa região, vai utilizar 4 metros cúbicos por dia. Vamos ter um consumo num aviário pelo outro, por isso não concordo com a vossa colocação e de quem deu a informação.

Se um agricultor normal como temos em nossa região, vai utilizar cerca de 2.700 m<sup>3</sup> de água, aquele que tem um aviário, se tiver mais uma pocilga, que é água corrente, porque hoje não se faz mais o abastecimento de água para uma pocilga como se fazia antigamente, vamos ver que 5.000 m<sup>3</sup> rapidamente serão superados.

Mas, vou mais longe. Não podemos fazer cair este projeto porque a lei temos que votar, é de responsabilidade nossa estabelecer uma lei em consonância com a lei federal. Agora, a continuar do jeito que está aqui, me perdoem, mas vou votar contra. Porque um abatedouro por exemplo com 60 mil aves por dia, 178 mil m<sup>3</sup> por ano, vai utilizar. Como vamos votar um negócio deste? Uma agroindústria que não está contemplada aqui e que, com certeza absoluta, agrega centenas de pequenos produtores. Aí o sujeito vai pagar a água que vai ser utilizada.

Então, apenas para colaborar e, Deputado Rossoni, não queria fazer perguntas ao Sr. mas, Sr. Presidente, se não tivermos, neste artigo aqui, as captações, já que o outro foi parcialmente contemplado, senão tivermos resolvido esta questão das captações para a agropecuária, e não entendo agropecuária como fazenda, entendo como um conjunto de atividades da agropecuária, se não tivermos este entendimento, particularmente vou votar contra por convicção absoluta.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Sr. Presidente. Gostaria de uma sugestão além da do Deputado Valdir Rossoni. Tendo o mesmo pensamento que este projeto deve ser o melhor possível.

Ouvi uma sugestão do Deputado Valdir Rossoni que o problema estaria no parágrafo 1º do artigo 53. A captação destinada à produção agropecuária cujo volume anual seja inferior a 5.000 m<sup>3</sup> estão isentos da cobrança. ora, se revogarmos este artigo, vamos daí sim generalizar e permitir que cobrem tudo.

Este assunto é polêmico e quero fazer uma outra sugestão: o problema não é só dos líderes. Se fizermos uma reunião de líderes agora quando retornarmos não teremos quórum. Sugiro que possamos transferir a discussão para amanhã e votar na reunião de amanhã tendo o dia inteiro para tirarmos as nossas dúvidas porque todos nós temos esta consciência que o Deputado Zucchi está dizendo, temos que votar uma lei de recursos hídricos só que temos que votar uma lei que não gere problemas, não gere prejuízos ao Estado do

Paraná e para isto somos todos solidários desde que não votemos no afogadilho.

#### O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero fazer um apelo da mesma forma do Deputado Caíto Quintana.

Ninguém conseguiu responder uma questão até agora, nem o Plenário, falei com dirigentes da SANEPAR no Estado do Paraná, por telefone junto com o Deputado Plauto, e ninguém conseguiu responder como fica, após aprovada esta Lei, a questão da concessão, pelos Municípios, do abastecimento de água.

Acredito que o artigo da constituição que fala genericamente da concessão do Município de serviços públicos, não resolve este problema que levantamos, porque a captação de água é um ato que, evidentemente, vem antes da distribuição da água, ou seja, se o Estado permite a uma empresa qualquer captar água num município, ela já tem o poder antes para distribuir depois.

Além disso, me causou preocupação um inciso no Projeto, no artigo 17 que diz o seguinte: O poder executivo estadual, ao emitir a outorga mediante autoridade competente, observará a vigência de contratos de concessão para prestação de serviços públicos que impliquem na utilização de recursos hídricos. Está dizendo o seguinte: que será respeitado o prazo de concessão já realizada pelo Município. mas e depois disso?

Então, a grande preocupação que temos é que este projeto acabe terminando com este poder do município, a descentralização do serviço público de captação e de abastecimento de água. Em outras palavras, aprovado este projeto o Estado do Paraná possa outorgar a SANEPAR privatizada o poder geral de captar água em todos os municípios paranaenses e fazer o abastecimento de água.

Essa dúvida, liguei para dirigentes da SANEPAR, não souberam responder. Não sei se o Deputado Valdir Rossoni teria condições de responder esta questão.

Por este motivo como todos nós estamos dispostos a vir aqui quantas vezes forem necessárias para votar os projetos de lei desta casa até o dia 30 de novembro, viremos aqui a tarde, de manhã e a noite, acho que é uma questão de sabedoria da Mesa desta Casa adiar por pelo menos um dia a votação do projeto em segunda discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência constatando a importância deste projeto ao tempo em que cumprimenta a todos os nossos companheiros aqui nesta Sessão Plenária pelo alto interesse que demonstraram sobre esta matéria, valendo dizer que este foi o projeto mais discutido durante este ano de 99, não só pelas Comissões, como também em reuniões com a participação de técnicos da Secretaria de Planejamento, de Líderes dos Partidos, na

própria Comissão de Constituição e Justiça, em todas as Comissões pertinentes, este foi o projeto, sem dúvida nenhuma, mais discutido nesta Casa. E numa Sessão Extraordinária como a que nós praticamos hoje, aliás abro um parênteses para agradecer o extraordinário quorum que temos nesta Sessão, o que demonstra o interesse não só por este projeto, como por todos os outros discutidos aqui nesta Casa, esta Presidência, com toda a coerência que tem procurado exercer ao longo do exercício que me foi conferido por Vossas Excelências, se vale neste momento do Artigo 86 do Regimento Interno que diz que a duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo a pedido de algum Deputado.

Ora, temos duas horas e cinco minutos de sessão. Se, atendendo o pedido do Deputado Líder do Governo para uma reunião das Lideranças por dez a quinze minutos e um pequeno “break-coffee”, nós não teríamos condições de voltarmos aqui em duas horas e meia.

Desta maneira esta Presidência valendo-se do Artigo 86, após ouvir todos os reclamos, os anseios dos Deputados em discutirem uma matéria tão importante, transfere a continuidade desta reunião para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 17, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 472, 523, 525 e 536/99.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para as 19:00 horas, com a Ordem do Dia da sessão anterior.

Levanta-se a sessão.